



REVISTA ULYSSES

EDIÇÃO ESPECIAL - JUNHO 2024

EDIÇÃO ESPECIAL
ELEIÇÕES 2024



ESPECIAL 40 anos
Diretas Já! Memória
e Democracia

A importância
do Centro diante
da polarização

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES

Diretoria Administrativa

Diretor-Presidente

ALCEU MOREIRA DA SILVA

Diretor de Formação Política

SIMONE NASSAR TEBET

Diretor de Relações Institucionais

RAFAEL DE GOES BRITO

Secretário Geral

WELINGTON COIMBRA

Tesoureiro

HILDO AUGUSTO DA ROCHA NETO

Diretor Suplente

RENATO GUIMARÃES ADUR

Diretor Suplente

VALDIR VITAL COBALCHINI

Diretora Suplente

SIMONE APARECIDA CURRALADAS DOS SANTOS

Conselho Editorial

Presidente

JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS

Vice-Presidente

RAUL JEAN LOUIS HENRY JÚNIOR

Conselheiros

DANIEL NEVES DE FARIA

JOSÉ FREDERICO LYRA NETO

JOSÉ FERNANDO SILVA SANTOS

ELISIANE DA SILVA

CONFÚCIO AIRES DE MOURA

MARCELO COSTA E CASTRO

JOÃO VICTOR VILLAVERDE DE ALMEIDA

ROBERT BONIFÁCIO DA SILVA

JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO

THATIANA DE OLIVEIRA

LUÍS FELIPE LORO

GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO

THIAGO ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA

Projeto gráfico, produção e diagramação:

AGÊNCIA MOOVE

A Revista Ulysses é uma publicação da Fundação Ulysses Guimarães.

A Revista Ulysses não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados.



SUMÁRIO

- 4 EDITORIAL | Uma eleição municipal mais pragmática e voltada à realidade local
Presidente da FUG, Deputado Federal
Alceu Moreira
- 8 ARTIGO | A pauta das eleições de 2024
Gustavo Grisa e José Fuscaldo
- 12 ARTIGO | Caminhos da Cidade:
engajamento, mobilização e colaboração
Renata Rodrigues
- 18 ARTIGO | A educação do futuro e o Brasil
Raul Henry
- 22 CASE | Educação que transforma –
A jornada inovadora do Ensino
Integral em Imbé (RS)
Elisiane da Silva e Luis Loro
- 26 ARTIGO | Cultura da paz, um alicerce
para construir cidades melhores
Paulo Moraes
- 30 ARTIGO | Uma leitura basilar
sobre políticas públicas
Robert Bonifácio
- 32 INFOGRÁFICO | Do voto à ação – Um Guia
para a Criação de Políticas Públicas Eficazes
- 34 ARTIGO | Inclusão produtiva: uma janela
de oportunidades para as cidades
Gustavo Grisa
- 38 ARTIGO | Os núcleos do MDB nas eleições e
o avanço da participação social
Assis Filho
- 42 INFOGRÁFICO | Do Voto à Ação –
Como o vereador trabalha para o
bem-estar da comunidade
Comunicação FUG
- 44 ESPECIAL | Roteiro para a liberdade:
os 40 anos do Movimento Diretas Já
Evelise Neves, Juliana Lopes e
Leonardo Ilha
- 52 ARTIGO | Tempo de radicalidade,
tempo de equilíbrio, tempo de avançar
José Fogaça
- 54 ARTIGO | Por que ponto de equilíbrio
Baleia Rossi
- 58 INFOGRÁFICO | Do Voto à Ação –
Como o prefeito transforma a
realidade do município
Comunicação FUG
- 60 ARTIGO | Desafios e oportunidades
para modernizar e inovar na
administração pública
Fabrício Renner



Alceu Moreira

Presidente nacional
da Fundação Ulysses
Guimarães

* Presidente nacional da Fundação Ulysses Guimarães, Alceu Moreira cumpre o quarto mandato como deputado federal. No Congresso tem sido presença constante nas listas entre os parlamentares mais influentes do Brasil. Atualmente, preside a Frente Parlamentar do Biodiesel e já comandou, por dois anos consecutivos, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Iniciou a carreira política como vereador, em 1983. Exerceu o cargo de vice-prefeito e foi duas vezes prefeito de Osório, sua cidade natal. Atuou como deputado estadual por dois mandatos consecutivos, entre os anos de 2003 e 2010. Já presidiu a Assembleia Legislativa e a Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs) e foi secretário de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Uma eleição municipal mais pragmática e voltada à realidade local

A edição especial da *Revista Ulysses*, sobre as eleições municipais de 2024, traz, além de conteúdo especializado, um conteúdo histórico, que faz o resgate dos 40 anos do Movimento Diretas Já — fundamental para chegarmos à liberdade negligenciada pelo autoritarismo e que também deixou brechas para a polarização que tanto nos afeta, atualmente.

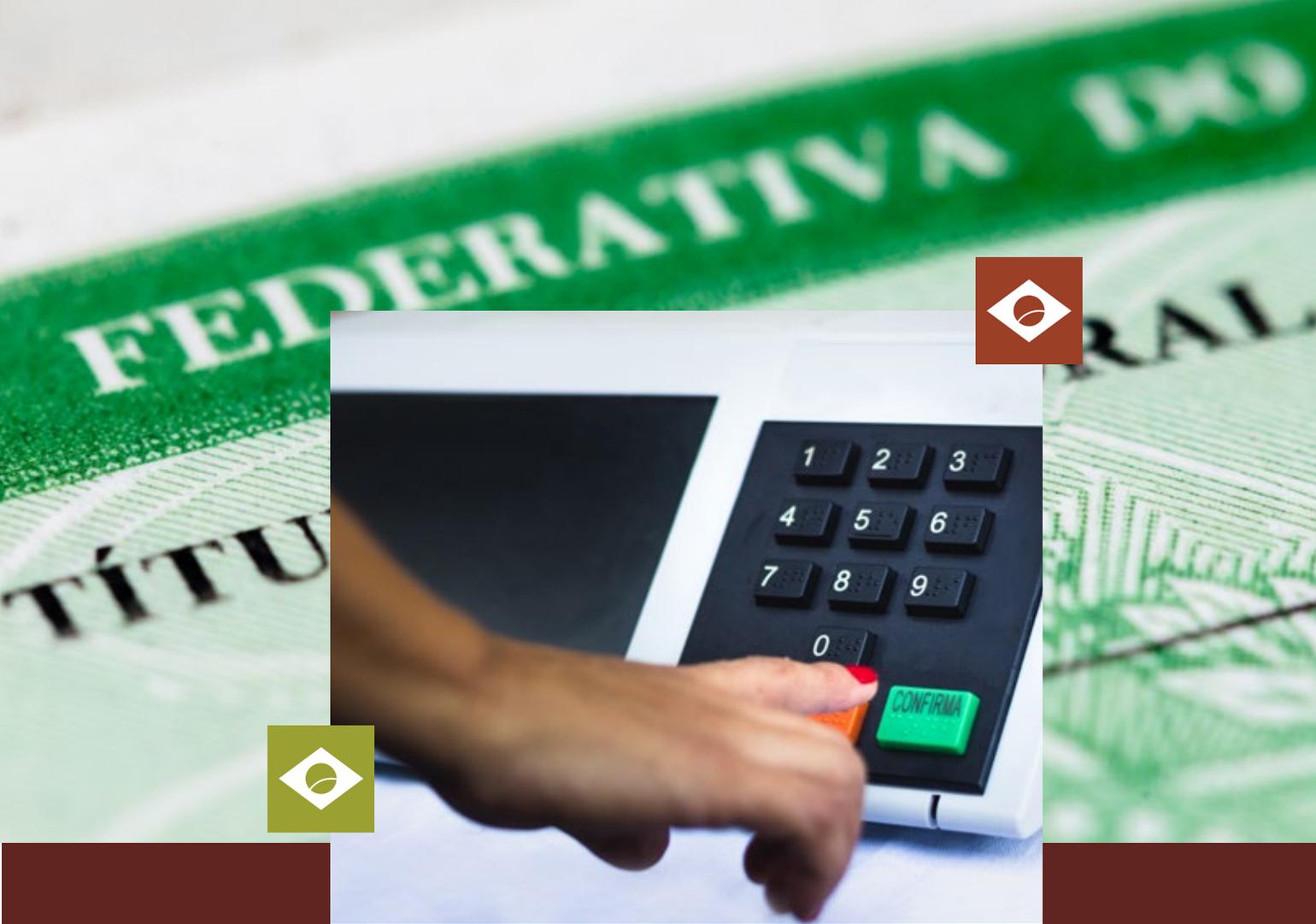
Estamos diante de um período eleitoral que contrasta com momentos passados, especialmente as eleições de 2018, em que o país estava imerso no desejo de reconstrução e integridade nacional, refletido na fervorosa participação nas urnas e no movimento de renovação política.

O discurso polarizado, sobretudo, o antipetismo marcante daquele período, foi perdendo força ao longo do tempo e deu lugar a uma reflexão mais centrada na realidade do brasileiro. À medida que nos aproximamos das eleições municipais, observamos uma mudança de foco,

onde as questões nacionais cedem espaço às demandas pragmáticas locais.

Neste contexto, o centro político não é ponto de partida, é ponto de chegada. Representado em grande parte pelo MDB, o centro democrático emerge como uma força conciliadora, capaz de construir consensos e promover convergências em favor do bem-estar da comunidade. Os candidatos do MDB se destacam por sua abordagem pragmática e pela busca de soluções que, efetivamente, atendam às necessidades reais das pessoas.

Ao contrário de um debate polarizado, pautado por extremos ideológicos, o MDB e seus representantes optam por iniciar as conversas destacando os pontos de concordância, promovendo um diálogo mais ameno e construtivo. Esse enfoque, baseado na busca por soluções e no entendimento mútuo, tem o potencial de promover uma nova era política, menos marcada pela polarização e mais voltada ao desenvolvimento local.



À medida que nos aproximamos das eleições municipais, percebemos que a densidade partidária perde importância, especialmente em municípios do interior. As pessoas buscam líderes comprometidos com suas comunidades, independentemente do partido ao qual estão filiados. Neste sentido, o MDB, embora ainda em processo de construção de identidade partidária, destaca-se pela sua tradição e pela similaridade entre seus candidatos, alinhados com as expectativas da população.

O que a Fundação Ulysses Guimarães persegue é exatamente trazer essa identidade para que a pessoa nos perceba como MDB, o partido que foi a ferramenta e a solução para a família dela nos mais diversos setores.

É hora de olharmos para frente e nos prepararmos para uma eleição municipal marcada pela busca de soluções práticas e pelo foco nas necessidades locais. O MDB, com sua tradição de conciliação e pragmatismo, está pronto para liderar esse movimento rumo a um futuro mais promissor para as nossas cidades e para os nossos cidadãos.

.....
“É hora de olharmos para frente e nos prepararmos para uma eleição municipal marcada pela busca de soluções práticas e pelo foco nas necessidades locais. O MDB, com sua tradição de conciliação e pragmatismo, está pronto para liderar esse movimento rumo a um futuro mais promissor para as nossas cidades e para os nossos cidadãos.”

40 anos de Diretas Já!

O Movimento **DIRETAS JÁ**, que marcou a história do Brasil como uma expressão massiva da sociedade contra a ditadura, é um marco inegável em nosso percurso rumo à liberdade. Representou a busca desesperada por um facho de luz na escuridão, um desejo ardente por liberdade, que culminou em uma grande vitória para o povo brasileiro.

No entanto, logo após essa conquista, veio a frustração. Como em tantos outros setores, as pessoas perceberam que a liberdade por si só não era suficiente para realizar seus sonhos. Muitos políticos, embriagados pela vitória das Diretas Já, falharam em apresentar projetos capazes de ser ferramentas reais de solução para a vida das pessoas.

Essa falta de compromisso e de entrega fragilizou a nossa democracia. Embora continue sendo o melhor sistema, considerando todas as alternativas, a falta de valorização do tempo e a ausência de projetos consistentes minaram sua efetividade. Hoje, vivemos em um processo democrático marcado por uma diversidade de visões, onde cada um defende sua própria versão de democracia.

Contudo, quando a democracia precisa ser adjetivada, é sinal de que algo está errado. A verdadeira democracia não precisa de adjetivos. Precisamos retornar ao terreno sereno da segurança jurídica, com papéis claros para os poderes e sem imposições indevidas.

É hora de superarmos esses desafios e entregarmos à população o país que ela merece, um país que utilize a liberdade para construir um futuro melhor para todos. Este é o compromisso que temos com o povo brasileiro e com as gerações futuras.

Nas próximas páginas, convidamos você à leitura de textos sobre a importância das eleições, sobre o papel de prefeitos e vereadores e, sobretudo, para refletir sobre temas que estão presentes no nosso dia a dia e farão parte da pauta da eleição de outubro deste ano. Para isso, reunimos um time de especialistas, que analisam diversos aspectos dos caminhos que serão essenciais para o fortalecimento das nossas cidades e da democracia.

Boa leitura!

.....
“A verdadeira democracia não precisa de adjetivos. Precisamos retornar ao terreno sereno da segurança jurídica, com papéis claros para os poderes e sem imposições indevidas.”





Eu quero votar pra
 Presidente.



A pauta das ELEIÇÕES DE 2024

■ JOSÉ FUSCALDO E GUSTAVO GRISA

É cada vez mais evidente que ganha a eleição quem domina a pauta. Então, vamos nos debruçar sobre os temas que devem estar em alta nas disputas eleitorais de 2024 no Brasil. Quais são os desafios e as tendências que definem a estratégia dos candidatos quanto às expectativas dos eleitores? De maneira geral, estão as questões relacionadas ao emprego e às oportunidades (econômico), sociais, ambientais e de segurança pública — cada uma com suas peculiaridades e dependendo dos contextos locais. É preciso considerar, também, um forte componente local relacionado a esses temas, ao momento da cidade ou à infraestrutura.

O processo eleitoral será definido pela capacidade dos candidatos em responder efetivamente às expectativas dos eleitores em um ambiente de mudanças dinâmicas, inclusive, muitas vezes, dentro do próprio processo eleitoral.

Serão bem-sucedidos aqueles candidatos que apresentarem soluções concretas e inovadoras para os problemas locais, com propriedade e detalhe; que demonstrarem energia e foco para solucionar problemas e levar a cidade a outros níveis de oportunidades e a um futuro melhor.



O perfil e trajetória do candidato

Em um primeiro momento, o eleitor prioriza conhecer a trajetória dos candidatos. Perceber se o candidato demonstra condição de “sentar na cadeira de Prefeito”. Essa avaliação depende da reputação ou da imagem que esse candidato apresenta, da forma como transita politicamente — e sua experiência pública, mas não necessariamente política — e de trazer uma clara mensagem de responsabilidade e de solução para problemas.



“Muitos municípios focarão em questões locais específicas que afetam diretamente o cotidiano e a identidade da cidade.”

Gustavo Grisa
Economista

GUSTAVO GRISA

Economista com Mestrado em Negócios Internacionais pela Thunderbird School of Global Management e formação executiva na Universidade de Cambridge. Foi analista de risco político para a América Latina nos EUA. Experiência de liderança em economia, estratégia e relações institucionais no Sistema CNI, Brasil Telecom e Vale. Consultor e líder de projetos em inovação pública e estratégia governamental e institucional, formulação de programas de governo e cenários políticos e econômicos.

A importância do emprego e da economia

Os prefeituráveis enfrentarão ainda o desafio de abordar a retomada econômica pós-pandemia, com foco na geração de empregos e na sustentabilidade financeira dos municípios. O cenário político dividido influenciará as propostas econômicas, com debates sobre a distribuição de recursos e a implementação de reformas significativas — e como irão se relacionar à realidade do município.

A polarização política continua a ser uma força dominante nas eleições, com expectativas de que esse fenômeno se mantenha em cidades com disputas mais acirradas e nas grandes capitais. Aliás, a polarização não é um fenômeno recente, porém, agora é agravada com o ativismo nas redes sociais. Candidatos em grandes centros urbanos tendem a representar espectros ideológicos mais amplos, refletindo uma divisão nacional também nas pautas locais. No entanto, em cidades com pautas bem definidas ou personalidades políticas maduras, a polarização ou pauta nacional se dissipa mais.

As políticas sociais continuam sendo centrais, com foco em saúde, habitação e educação. A crise habitacional e o custo de moradia são pautas crescentes em todas as cidades. A inclusão social e a redução das desigualdades também serão temas críticos, dependendo da região e da conjuntura. E a saúde segue na liderança das preocupações dos eleitores em todo o país.

A crescente preocupação com as mudanças climáticas faz com que os temas ambientais se destaquem no rol de temas de interesse dos cidadãos, especialmente em grandes centros e onde há maior acesso à grande mídia ou campanha com TV. Dian-

te disso, os candidatos deverão apresentar propostas concretas para a gestão de resíduos, para os limites do crescimento e para o desenvolvimento equilibrado e com respeito ao meio ambiente.

A segurança pública permanece como uma pauta forte, ainda que não seja responsabilidade primaz dos municípios; um posicionamento claro e objetivo sobre políticas de segurança, incluindo a infraestrutura urbana que auxilia na prevenção ao crime e na integração e modernização das forças policiais, a colaboração das Guardas Municipais, o uso de câmeras e informações, serão um ponto de avaliação importante para os eleitores.

O uso de tecnologia nas campanhas eleitorais e a gestão da infraestrutura municipal também são assuntos relevantes para a disputa. As eleições de 2024 verão uma maior integração da tecnologia no cotidiano tanto da campanha quanto das soluções de gestão da cidade, o que inclui desde o uso do PIX para financiamento das disputas até a implementação de sistemas de informação para a gestão municipal.



“As eleições de 2024 verão uma maior integração da tecnologia no cotidiano tanto da campanha quanto das soluções de gestão da cidade.”

José Fuscaldo
Jornalista e publicitário

Domínio da pauta local

As tendências apresentadas indicam que, embora a polarização política possa dominar o cenário nos grandes centros, muitos municípios terão foco em questões locais, que afetam diretamente o cotidiano e a identidade da cidade. Neste contexto, estão obras importantes para o desenvolvimento, atração de investimentos, cuidado com o ambiente urbano e ações na área social para grupos específicos. Quanto mais concretas e organizadas forem as propostas e assertiva a comunicação dos candidatos, maior a chance de sucesso.



JOSÉ FUSCALDO

Jornalista e publicitário, atuou na área pública no Rio Grande do Sul e em Brasília. Foi coordenador de comunicação da Trensurb, da SEHAC - Secretaria de Habitação e Ação Comunitária (órgão vinculado à Presidência da República), da Casa Civil e da Secretaria Geral do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, onde ainda atuou como Diretor de Publicidade. Foi fundador do portal Coletiva.net. Atualmente, é presidente da Moove Comunicação e consultor em marketing político. É sócio-fundador e diretor da Região Sul do Clube Associativo dos Profissionais de Marketing Político (CAMP).



**Renata de Carvalho
Rodrigues**

Administradora
de empresas

Administradora de empresas com MBA em Marketing pela UFRJ, MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral e pós-graduação na FAAP em Política Contemporânea e Relações Internacionais. Mais de 15 anos de experiência em organizações privadas como Insper, Vale, Texaco e General Electric em áreas de impacto social e ambiental, gestão de crise e reputação. Consultora com mais de 14 anos de atuação em inovação pública e projetos de assessoria e direcionamento estratégico de governos e instituições.

CAMINHOS DA CIDADE: ENGAJAMENTO, MOBILIZAÇÃO E COLABORAÇÃO

■ RENATA RODRIGUES

Em 18 de maio de 2023, a Fundação Ulysses Guimarães (FUG) lançou, na cidade de São Paulo, o projeto “Caminhos da Cidade”. O foco e a atenção já estavam voltados às eleições municipais de 2024. O objetivo era que os diretórios municipais do MDB pudessem identificar potenciais lideranças e contribuições da comunidade para a elaboração de futuros planos de governo, a partir da configuração de um modelo de 15 encontros temáticos. O trabalho se estruturou em três frentes, conforme representado a seguir:



Engajamento de lideranças e comunidades

O engajamento teve papel fundamental como ação norteadora do projeto e objetivo central de uma jornada coletiva. Assim, foi possível construir relações duradouras e criar um ambiente de conexão com diferentes atores nas cidades.

Ao considerar múltiplas experiências e possibilitar adaptações ao modelo proposto pela FUG às realidades e especificidades locais, cada município pôde implementar o seu próprio “Caminhos da Cidade” engajando pessoas do setor privado, de associações comunitárias, instituições de ensino, organizações sociais, entre outros. A partir disso, será proposta a base de uma plataforma temática e de discurso para as eleições municipais.



“Adaptamos o formato e lançamos, em São Bernardo do Campo, um podcast chamado ‘Caminhos da Cidade’ para conversar com lideranças locais e discutir os problemas e desafios para gerar e reverberar conteúdo”, conta o presidente da FUG de São Paulo, Bruno Gabriel de Mesquita.

“O engajamento teve papel fundamental como ação norteadora do projeto e objetivo central de uma jornada coletiva.”

Renata de Carvalho Rodrigues
Administradora de empresas

Mobilização partidária

Além do trabalho feito nas cidades por meio dos diretórios do MDB, a Fundação Ulysses Guimarães promoveu dois seminários — em 11 de março e 23 de abril de 2024 — com orientações, alinhamento e compartilhamento de experiências para mobilizar os representantes dos municípios inscritos no “Caminhos da Cidade”.

Cerca de 80 municípios se comprometeram com o projeto e alguns deles começaram a realizar ações mobilizadoras em suas cidades já no ano de 2023, aproximando-se das pessoas de modo virtual (redes sociais ou outros canais de comunicação), e de forma presencial.

“O Caminhos da Cidade possibilita percorrer toda a cidade, mas o ato político que conseguimos no dia do lançamento criou uma energia e envolveu as pessoas de forma muito positiva. Em Diadema/SP, por exemplo, reunimos quase mil pessoas”, lembrou Bruno Gabriel de Mesquita.

Coordenadores indicados pelos diretórios municipais do MDB trabalharam para que o partido alcançasse o maior número de

pessoas com papel de protagonista nas reuniões (ou virtualmente) e transformassem o projeto em experiências reais, reunindo o maior número de prioridades e propostas qualificadas para a cidade.

O ciclo de encontros temáticos promovido pelo “Caminhos da Cidade”, com uma coordenação centralizada, relatoria e mobilização, estimulou os diretórios municipais do MDB a apresentar um projeto de cidade para as principais áreas temáticas, conhecido e amplamente discutido pelas pessoas, de dentro e fora do partido, gerando mais força programática e fortalecendo a articulação para candidaturas majoritárias e proporcionais mais competitivas do MDB em 2024.

“Começamos envolvendo a juventude, reunindo 180 jovens, para discutir os temas e propostas para um futuro governo do MDB de continuidade na cidade. Em seguida, fizemos um novo encontro, a partir de uma adaptação ao iniciar a reunião com uma atividade de dança, e chegamos a reunir 400 mulheres. Além disso, o Caminhos da Cidade tornou o diretório mais ativo e funcional, gerando maior participação dos filiados”, explica Adão Randerson Barros Lima, coordenador-geral do Caminhos da Cidade e secretário do Núcleo da Juventude do MDB, em Colinas (MA).





DIÁLOGOS POR UMA CIDADE MELHOR

O projeto mobilizou os seguintes segmentos:

Lideranças políticas e gestores públicos com experiência em administração municipal.

Sociedade civil (organizações e comunidades), com lideranças não ligadas à política partidária e ao MDB, trazendo e formando, assim, novas lideranças potenciais para a eleição.

Profissionais de diversas áreas e pessoas interessadas em discutir a cidade, aumentando o arco de convergência na eleição municipal.

ESTADO	CIDADE
BA	Abaré
BA	Baixa Grande
BA	Barrocas
BA	Camacan
BA	Coaraci
BA	Cordeiros
BA	Cotegipe
BA	Itaquara
BA	Itiruçu
BA	Itiúba
BA	Presidente Dutra
BA	Ribeirão do Largo
BA	Santo Amaro
BA	São Miguel das Matas
BA	São Sebastião do Passé
BA	Serra Preta
CE	Ipueiras
CE	Juazeiro do Norte
CE	Limoeiro do Norte

ES	Cachoeiro de Itapemirim
MA	Colinas
MG	Inhaúma
MT	Alto Araguaia
MT	Rondonópolis
MT	Várzea Grande
PB	Juru
PB	Lastro
PB	Nova Palmeira
PE	Vitória de Santo Antão
PR	Curitiba
RJ	Mangaratiba
RJ	Três Rios
RS	André da Rocha
RS	Antônio Prado
RS	Igrejinha
RS	Mostardas
RS	Nova Araçá
RS	Panambi

RS	Pelotas
RS	Porto Alegre
SC	Canoinhas
SE	Riachuelo
SP	Adamantina
SP	Águas de Lindóia
SP	Arujá
SP	Atibaia
SP	Bauru
SP	Birigui
SP	Canas
SP	Coroados
SP	Diadema
SP	Floreal
SP	Hortolândia
SP	Iracemópolis
SP	Itapeçerica da Serra
SP	Itararé

SP	Jacareí
SP	Jales
SP	Jau
SP	Limeira
SP	Maracaí
SP	Onda verde
SP	Paranapanema
SP	Populina
SP	Porto Feliz
SP	Ribeirão Pires
SP	Rio Grande da Serra
SP	Rosana
SP	Santo André
SP	São Bernardo do Campo
SP	São Paulo
SP	Sertãozinho
SP	Socorro
SP	Várzea Paulista

Colaboração temática

As pessoas que vivem nas cidades, participantes ou não da vida política e partidária, se reuniram voluntariamente em grupos. Muitas delas passaram informações fundamentais sobre as demandas da cidade ou apresentaram propostas e soluções reais, concretas para os desafios municipais nos seguintes segmentos:

ÁREAS DE interesse

- **Saúde**
- **Infraestrutura, Tecnologia e Transportes + Mobilidade Urbana**
- **Meio Ambiente e Sustentabilidade**
- **Educação** (*Acesso e Qualidade*)
- **Desenvolvimento Social e Inclusão** (*Temas Sociais*)
- **Gestão – Finanças Públicas, Orçamento e Planejamento**
- **Cuidado com a Cidade, Urbanismo e Habitação**
- **Cidade Segura e Agenda de Prevenção**
- **Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio**
- **Empregos, Empreendedorismo** (*Primeiro Emprego, Juventude*)
- **Políticas para Mulheres**
- **Cultura, Lazer e Esportes** (*Eventos, Artes e Patrimônio Histórico*)
- **Agricultura e Agronegócio** (*aplicável em cidades agrícolas*)
- **Turismo para o Desenvolvimento Local**
(*aplicável onde for relevante*)



Os temas foram agrupados de modo a ficar interligados e para que fossem levados ao debate de forma conjunta ou separadamente. No trabalho, prevaleceu o princípio de que as soluções e as iniciativas propostas deveriam ajudar a construir mudanças, novas oportunidades e impactar positivamente sobre a cidade, além de buscar colaboração e integração entre os participantes.

O secretário executivo da FUG, Guto Scherer, coordenador-geral do Caminhos da Cidade em Igrejinha (RS), relatou que, além das reuniões presenciais, houve forte mobilização por meio das redes sociais. “Optamos por um trabalho diferenciado, de contato direto com as pessoas, levando as reuniões temáticas aos bairros, usando QR Code para a comunidade acessar um espaço exclusivo e encaminhar suas demandas, sugestões e relatos”, explicou.

Presidente da FUG em São Paulo, Bruno Gabriel de Mesquita reforça a importância da união em torno de um mesmo propósito. “Em Diadema, buscamos reunir as pessoas que vivem a cidade e as suas dificuldades, quem está no dia a dia. O Caminhos da Cidade tem sido ferramenta fundamental para poder dizer no que acreditamos e para escutar o que Diadema precisa, o sentimento das pessoas”, definiu.

Para a FUG, os desafios nas cidades vão muito além do trabalho e dos esforços de agentes políticos, lideranças e gestores do MDB. Eles devem ser assumidos por todos os que desejam mudanças rápidas, capazes de transformar e ampliar educação, saúde, renda e emprego. Assim, é possível que todos se coloquem em um caminho para um futuro melhor e mais sustentável.

O encerramento do projeto teve como marco o reconhecimento da FUG para as melhores propostas e processos de construção realizados pelas coordenações, com a premiação dos destaques.

“Começamos envolvendo a juventude, reunindo 180 jovens, para discutir os temas e propostas para um futuro governo do MDB na cidade.

Em seguida, fizemos um novo encontro, a partir de uma adaptação ao iniciar a reunião com uma atividade de dança, e chegamos a reunir 400 mulheres. O ‘Caminhos da Cidade’ tornou o diretório mais ativo e funcional, gerando maior participação dos filiados.”

Adão Randerson Barros Lima

Coordenador-geral do Caminhos da Cidade e secretário do Núcleo da Juventude do MDB, em Colinas (MA)

“O ‘Caminhos da Cidade’ possibilita percorrer toda a cidade, mas o ato político que conseguimos no dia do lançamento criou uma energia e envolveu as pessoas de forma muito positiva. Em Diadema, por exemplo, reunimos quase mil pessoas.”

Bruno Gabriel de Mesquita

Presidente da FUG em São Paulo

“Optamos por um trabalho diferenciado, de contato direto com as pessoas, levando as reuniões temáticas aos bairros, usando QR Code para a comunidade acessar um espaço exclusivo e encaminhar suas demandas, sugestões e relatos.”

Guto Scherer

Secretário-executivo da FUG

Coordenador-geral do Caminhos da Cidade em Igrejinha (RS)





Raul Henry
Economista

Economista com mestrado em Gestão Pública com foco em educação. Foi vice-prefeito e secretário de Cultura, Turismo e Esportes da Cidade do Recife/PE. Exerceu um mandato de deputado estadual e três de deputado federal. Tanto na Assembleia Legislativa de Pernambuco, quanto na Câmara dos Deputados, foi membro titular da Comissão de Educação. No Governo do Estado, ocupou os cargos de secretário de Educação e Cultura, secretário de Planejamento e secretário de Desenvolvimento Econômico. De 2014 a 2018, foi vice-governador de Pernambuco. Atuou como membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Conselho Nacional de Educação. Atualmente, é consultor em educação.

A Educação do Futuro e o Brasil

■ RAUL HENRY

A educação do futuro é um tema muito presente no debate entre acadêmicos, intelectuais e especialistas da área. A Fundação Ulysses Guimarães (FUG), então, de maneira oportuna, adotou esse título instigante para um dos seus principais programas de discussão e sensibilização das lideranças políticas do MDB.

Lamentavelmente, debater a educação do futuro, no Brasil, começa por um balanço do que deixou de ser feito no passado. Os dados são desalentadores. Eles revelam duas realidades desafiadoras. Uma diz respeito ao atraso geral do sistema educacional brasileiro, e a outra, ao apartheid perverso existente dentro do próprio sistema.

O historiador e biólogo norte-americano Jared Diamond, no seu brilhante ensaio “Reviravolta”, demonstra que só nações que tiveram a coragem de fazer uma autoavaliação honesta dos seus erros e das suas fraquezas históricas foram capazes de dar a volta por cima e reverter essas circunstâncias.

Nesse sentido, é crucial enfrentar os dados educacionais do Brasil. Alguns são suficientes para revelar o cenário desolador do país.

Pesquisa publicada pelo Inep em maio de 2023 informa que, em 2021, após a calamidade da Covid 19, que teve efeitos muito severos sobre a aprendizagem dos alunos, 56% das crianças brasileiras aos sete anos de idade, no segundo ano do Ensino Fundamental, eram analfabetas.



Estudo sobre Fluência Leitora — que mede a capacidade de um indivíduo ler um texto simples com fluidez suficiente para compreendê-lo — de 2021, patrocinado pela Fundação Lemann e pelo Instituto Natura, aponta para uma proficiência em Fluência Leitora de apenas 8% dos alunos brasileiros no segundo ano do Ensino Fundamental. Por outro lado, 72% são pré-leitores e apenas um quarto desses é capaz de silabar 10 palavras em um minuto. Os outros três quartos, nem silabar conseguem.

As consequências nefastas destes números da alfabetização são conhecidas. Uma criança que não aprende a ler na idade certa está condenada a uma vida escolar de fracassos, com todos os efeitos decorrentes disso na sua idade adulta.

Outro indicador importante é o de proficiência em Matemática, que não deve ser compreendida simplesmente como a capacidade de lidar com as quatro operações. A Matemática é a linguagem da lógica. É através do seu domínio que se consegue compreender problemas e estruturar soluções, com raciocínio organizado e rigoroso. Uma competência que

se aplica a inúmeras situações da vida. Não por acaso, os sistemas educacionais mais avançados do mundo dão enorme importância ao desenvolvimento do raciocínio matemático.

No Brasil, ao concluir o Ensino Médio, apenas 10% dos alunos têm o conhecimento adequado em Matemática. Isso se refere, por exemplo, a lidar com frações e percentuais.

Essa é apenas uma parte da tragédia. A outra, do apartheid, se revela quando as amostras desses estudantes são decompostas entre escolas privadas e escolas públicas ou entre ricos e pobres.

No primeiro caso, no final do Ensino Médio, 41% dos alunos das escolas privadas têm proficiência adequada em Matemática, enquanto nas escolas públicas o indicador chega a apenas 5%.

Quando o critério utilizado para dividir a amostra é o nível socioeconômico, os números são ainda mais assombrosos: entre os 20% mais ricos, o percentual dos que têm conhecimento adequado em Matemática é 64%; entre os 20% mais pobres, 3%.

*“Fazer e
mais é de
décadas. E
de mentes
precisa*

Além de serem inaceitáveis para uma nação que se pretende democrática, esses números remetem para a perpetuação da desigualdade construída sobre os escombros de uma colonização escravocrata, extrativista e excludente. Pois a desigualdade na educação é a garantia da permanência da desigualdade social. Esta, nos termos ultrajantes que existe no Brasil, torna impossível a paz, a coesão e um futuro de esperança para os brasileiros.

Feito o diagnóstico, a pergunta seguinte deve ser: por que chegamos a esse ponto?

Não é difícil inferir — e vários estudos confirmam essa ideia — que os setores mais afluentes da sociedade brasileira, nos quais se encontra sua elite dirigente, negligenciam a educação pública. Resolvem as vidas dos seus filhos nas escolas privadas, enquanto as escolas públicas ficam entregues ao controle social, praticamente inexistente, dos setores mais pobres da população. Esses contentam-se com o estritamente essencial: fardamento, material didático, transporte e

merenda escolar. Daí uma concepção muito difundida no ambiente “pragmático” da política: é irrelevante investir em educação porque “educação não dá, nem tira votos”.

Mas, para não ficar apenas no diagnóstico e nas suas causas, é imperativo questionar: o que fazer diante disso? Qual é a agenda adequada para a educação pública brasileira superar suas enormes adversidades?

A resposta existe e deve apoiar-se no amplo conhecimento já adquirido sobre os sistemas que avançaram, no Brasil e no mundo. Em educação, não há bala de prata. As políticas devem ser sistêmicas e coerentes. O trabalho é duro, contínuo e exige persistência e visão de médio e longo prazos. Alguns pontos são incontornáveis na proposição dessa agenda.

O que falta, então, para a implementação dessa agenda que parece tão óbvia?

A resposta é simples: falta a vontade política de líderes com visão estratégica e compromisso com a causa da educação.

*educação do futuro no país, hoje, nada
o que sanar o que deixou de ser feito em
Para isso, é imprescindível uma mudança
talidade das lideranças políticas. Elas
m assumir seu papel e virar esse jogo.”*

Estudo realizado pela consultoria McKinsey, em 2010, com 25 sistemas educacionais do mundo que avançaram de maneira consistente, e em velocidade bem acima da média, fez a seguinte constatação: toda mudança educacional começa pela iniciativa de um líder. Essa é a única variável presente em todas as experiências. Outro reconhecido estudioso das reformas no setor, o canadense Michael Fullan, complementa o raciocínio ao afirmar que o líder precisa inspirar, persuadir e mobilizar toda a comunidade educacional. Sem isso, é muito difícil promover a transformação e o desenvolvimento na área da educação.

O Brasil é uma grande e complexa federação. Mas, se os mecanismos corretos de coordenação e incentivo forem adotados e políticas educacionais mais efetivas forem implementadas, certamente, é possível reparar, com mais rapidez, as enormes lacunas do passado. Porque fazer educação do futuro no país, hoje, nada mais é do que sanar o que deixou de ser feito em décadas. Para isso, no entanto, é imprescindível uma mudança de mentalidade das lideranças políticas. Elas precisam assumir seu papel e virar esse jogo.

Escolher, ou não, a educação como prioridade nacional será determinante para o Brasil realizar uma das duas profecias. Ou a de Stefan Zweig, de que seremos o “país do futuro”. Ou a de Claude Levi-Strauss, de que iremos “da barbárie à decadência, sem conhecer a civilização”.

PARA A EDUCAÇÃO AVANÇAR

- 1.** Política para a primeira infância. É nessa fase que se forma 90% da capacidade cognitiva e socioemocional das pessoas.
- 2.** Toda criança alfabetizada na idade certa.
- 3.** Coerência da política pedagógica, baseada em um currículo claro e com altas expectativas. Tudo o mais deve ser alinhado ao currículo: formação docente, material didático e avaliação. Nesse aspecto, o Brasil já avançou com sua Base Nacional Curricular Comum (BNCC).
- 4.** Profissionalização da gestão escolar.
- 5.** Valorização da carreira docente. É primordial melhorar o recrutamento, a formação e o engajamento dos professores.
- 6.** Utilização adequada da tecnologia para gestão e apoio pedagógico, possibilitando um ensino mais personalizado e com mais metodologias ativas de aprendizagem.
- 7.** Expansão da Educação Profissional e Tecnológica. Atualmente, apenas 10% dos alunos do Ensino Médio fazem a formação profissionalizante. Somente 20% conseguem o acesso à universidade. Mas, destes, parte vem das escolas técnicas. Em resumo, cerca de 75% dos jovens brasileiros, após concluírem o Ensino Médio, são largados ao desalento, ao subemprego e à marginalidade.



EDUCAÇÃO

que **TRANSFORMA**

A jornada inovadora do Ensino Integral em Imbé (RS)

■ ELISIANE DA SILVA, LUIS LORO

Imbé, município do litoral norte do Rio Grande do Sul, é conhecido por suas belas praias e pela presença dos golfinhos. Agora, é referência por um outro motivo: o seu compromisso com um modelo de educação inovadora, de qualidade e integral. Em fevereiro de 2024, a comunidade celebrou a inauguração do novo prédio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac, o mais moderno do município, no balneário Albatroz, um bairro marcado pela vulnerabilidade social.

O melhor espaço para quem mais precisa

O novo prédio da Escola Olavo Bilac, em uma área de 3.189,91 metros quadrados, é uma promessa de futuro. Com 18 salas de aula, playground, quadra poliesportiva coberta, biblioteca, brinquedoteca, sala de audiovisual, laboratórios e lousas digitais, a escola foi preparada para oferecer uma educação moderna. Inspirada nos valores do Programa Educação do Futuro, da Fundação Ulysses Guimarães, a administração municipal comprova que é possível oferecer educação de qualidade para todos, em primeiro lugar, às crianças das áreas de vulnerabilidade social.

Qualidade educacional e proposta pedagógica inovadora

A gestão educacional, liderada pela secretária Ruth Ruschel, implementou um novo modelo pedagógico na instituição, com a preparação para que fosse oferecido o ensino integral, a iniciar pelos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental.

Um modelo pedagógico orientado, no qual toda a equipe diretiva e professores trabalham para que o aluno adquira o prazer pelo conhecimento, com atividades práticas, centradas no desenvolvimento de habilidades e competências essenciais que instiguem a autonomia, a criatividade, o pensamento crítico e a proatividade dos pequenos.

O currículo foi desenhado cuidadosamente para favorecer o desenvolvimento cognitivo, social e socioemocional dos estudantes, um desenvolvimento verdadeiro integral, sem fragmentações de conteúdos desconexos. Atividades como pesquisas no entorno escolar, aulas de culinária, uso de telas in-



terativas e momentos de leitura são alguns exemplos de como a escola está redefinindo o processo de aprendizagem.

Essas premissas estavam no projeto do prefeito de Imbé, Ique Vedovato (MDB). Durante a inauguração do espaço escolar, ele afirmou que o investimento no prédio e na estrutura física da escola só faz sentido com o trabalho qualificado de todos os profissionais envolvidos diariamente na construção de uma educação de qualidade. “O maior legado que o nosso trabalho pode deixar é o investimento nas pessoas, é acreditar no seu futuro”, enfatizou.

Tecnologia e interatividade

Considerando que a aprendizagem tem como um de seus alicerces o interesse e estímulo dos estudantes, a inclusão de tecnologias de informação e comunicação (TICs) não poderia deixar de integrar este espaço moderno. Telas interativas nas salas de aula garantem que o aprendizado dos alunos seja dinâmico e adaptado às suas necessidades.

Na rede de educação de Imbé, uma das compreensões mais importantes para se alcançar qualidade na aprendizagem: não basta oferecer ferramentas tecnológicas, é preciso preparar os professores para utilizá-las. Nesse sentido, os docentes participam de oficinas de formação pedagógico-tecnológica, conhecendo uma verdadeira caixa de ferramentas, que os qualificam para criação de aulas modernas. As oficinas ocorrem em pequenos grupos, divididos por área de atuação, nos quais os docentes têm a oportunidade de explorar as funcionalidades das telas e interagir com colegas e instrutores.



Estratégias para a implementação do Ensino Integral

No contexto educacional, o primeiro ponto a ser distinguido são expressões que parecem sinônimos, mas não são: “turno integral” e “Ensino Integral”. O município de Imbé já realizava ações de contraturno, onde os estudantes frequentavam atividades educativas ou de reforço escolar no período oposto ao das aulas regulares. O que se pretendia — e o que está sendo implementado — é o Ensino Integral, onde os alunos passam o dia todo participando de atividades curriculares e extracurriculares conexas, planejadas entre os professores envolvidos, cujo principal objetivo é o desenvolvimento integral do estudante.





As ações respeitaram as diretrizes da Metodologia Digitvs, por meio da qual a formação de equipes e o planejamento garantiram uma execução onde todos os stakeholders tinham plena consciência de seus papéis. O turno integral exige que os líderes (prefeito e secretário de Educação) entendam as condições para sua implementação, assim como a equipe da Secretaria e da escola, dos professores e até mesmo dos pais. Tudo cuidadosamente pensado, planejado e executado por vários meses, com diversas etapas essenciais. Algumas delas foram:

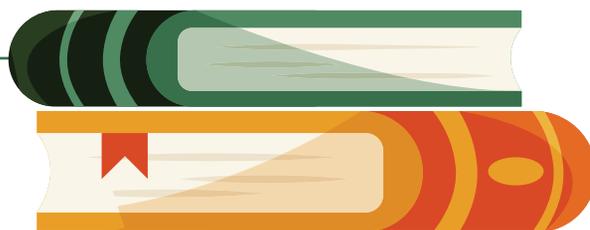


Elisiane da Silva
Consultora

Elisiane da Silva é consultora da Fundação Ulysses Guimarães (FUG), advogada, fundadora e CEO do Instituto Essência do Saber, responsável pelo desenvolvimento da Metodologia Digitvs para Formação de Professores. A Metodologia já capacitou mais de 2 mil professores no RS e em Brasília. Elisiane também é uma das responsáveis pelo documento Educação do Futuro, da FUG. É consultora do Sebrae na área de formação de professores. Possui ampla experiência na edição de materiais didáticos e na produção de conteúdos nas áreas de Educação, Ciência Política e Gestão Pública.

ETAPAS DE TRABALHO *para o* **ENSINO INTEGRAL**

- *Diagnóstico de rede: avaliação de necessidades e capacidades de recursos humanos e materiais que já estavam disponíveis na rede de ensino.*
- *Estudos técnicos e benchmarking: por meio da análise de modelos de sucesso já implantados em outras instituições e adaptação para o contexto local.*
- *Visitas técnicas: realizada conexão com outras instituições educacionais para troca de conhecimentos e experiências.*
- *Reuniões colaborativas: durante algumas semanas, a construção dos pilares e valores fundamentais do Ensino Integral foi feita colaborativamente, entre equipe diretiva da escola e Secretaria de Educação.*
- *Seleção e formação de professores: capacitação intensiva dos professores escolhidos para lidar com os desafios do Ensino Integral.*



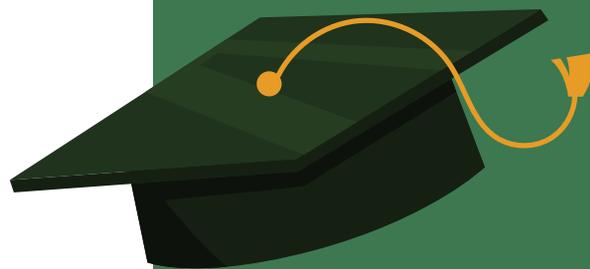
Imbé criou uma estratégia de incentivo específico para os professores envolvidos no Ensino Integral, incluindo vantagens legais vinculadas a obrigações e ao cumprimento dos objetivos. O planejamento das aulas é realizado de forma integral, coletiva e com linha pedagógica clara dos objetivos a serem alcançados em cada etapa. Os professores têm reuniões semanais de planejamento interdisciplinar, com conexão entre as habilidades e competências previstas nos componentes curriculares.

Assim, os estudantes aprendem a analisar os assuntos sob múltiplas perspectivas, desenvolvendo criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas. Essa metodologia fomenta a colaboração e a comunicação entre professores, fazendo da sala de aula um ambiente guiado pela curiosidade dos estudantes, que são instigados a querer saber mais.



Emocionada, a secretária de Educação de Imbé, Ruth Rusch, destaca a emoção para com a implementação do projeto. “Esse desafio faz o nosso coração transbordar de alegria. A missão de todo educador é realizar seu trabalho com amor e responsabilidade. Tenho certeza que os nossos professores estão alcançando esse objetivo, com uma nova forma de ensinar, aprender e se relacionar. Nem todos os dias são os melhores dias, mas, diante das adversidades, temos a motivação de saber que, com a nossa atuação, podemos transformar vidas”, afirma.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac, em Imbé (RS), é um exemplo de aplicação na prática dos pilares da Educação do Futuro, proposto pela Fundação Ulysses Guimarães. Mostra como investimentos estruturados e bem planejados podem transformar comunidades inteiras, promovendo equidade, inovação e a construção de um futuro melhor.



Luis Loro
Professor

Professor da Educação Básica, consultor educacional e coordenador de projetos no Instituto Educacional Essência do Saber. Mestre em Educação pela Universidad Europea del Atlántico, formado em Letras pela Universidade Feevale, pós-graduado em Formação de Leitores pela Faculdade Internacional Signorelli e especialista em Gestão Pública pela Universidade Católica do Brasil. É cofundador da empresa Te Puxa - Aulas preparatórias e diretor do Instituto Desenvolver, que leva noções de empreendedorismo para jovens.

CULTURA DA PAZ, UM ALICERCE PARA CONSTRUIR CIDADES MELHORES



**Paulo Roberto
Xavier de Moraes**
Advogado

Paulo Roberto Xavier de Moraes é advogado, professor de Direito na UNICAP, mestre em Direitos Humanos pela UFPE e urbanista social pelo INSPER. Atualmente, é Secretário Executivo de Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife, onde coordena a Rede Compaz.

As cidades — *locus* da vida humana — estão no centro dos mais variados debates sobre os destinos do planeta e da humanidade. No cenário latino-americano, a violência e as desigualdades socioeconômicas são marcadores que surgem nas discussões de forma persistente.

Nelas, a paisagem urbana revela as marcas do “estatuto colonial” que orientou a sua urbanização, reproduzindo a casa grande e a senzala por meio da criação de espaços dotados de infraestrutura e acesso a políticas públicas e outros desprovidos de tudo. São nesses contextos das exclusões socioespaciais que viceja a atuação de grupos criminosos, em que o poder da força reproduz o mando de quem dita as formas de socialização e convívio.

Recife, capital de Pernambuco, guarda na sua origem e expansão marcas dessa problemática. Entre o início dos anos 1980 e a metade da primeira década dos

anos 2000, esteve entre as capitais mais violentas do Brasil. Nesse cenário, o Governo do Estado de Pernambuco, sob a liderança do governador Eduardo Campos, lançou, em 2007, o Pacto pela Vida — plano de segurança com base em evidências e na análise criminal —, reposicionou seu efetivo, investiu em gestão e equipamentos e construiu políticas sociais no afã de reduzir esses indicadores.

Em resposta a esse conjunto integrado de ações de repressão qualificada e prevenção ao crime, os resultados não tardaram a surgir: de 1.101 homicídios ao ano, em 2006, passou para 979, em 2008; 597, em 2012; 493, em 2019. Mesmo com as quedas ano após ano, Pernambuco ainda mantém alta taxa de homicídios — de 30,9 a cada 100 mil habitantes, já que o paradigma da Organização das Nações Unidas (ONU) é de até 10 para 100 mil habitantes.



OS COMPAZ OFERECEM SERVIÇOS PÚBLICOS INTERSETORIAIS EM COMUNIDADES ANTES DESPROVIDAS DA PRESENÇA DO PODER PÚBLICO. ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS AGREGAM DIFERENTES PÚBLICOS, DESDE A PRIMEIRA INFÂNCIA ATÉ A TERCEIRA IDADE, EM LOCAL DE PROTEÇÃO PARA TODOS, PERMEADO POR AÇÕES DE CULTURA DE PAZ.

Com o início dos resultados na esfera estadual, Recife lançou seu primeiro plano em 2013 e passou a contribuir com a queda nos indicadores do estado. Foi caracterizado por ações de prevenção e requalificação de escolas, postos e espaços de acolhida, no ordenamento urbano, em especial para favorecer a mobilidade. Em seu portfólio, o plano recifense contava com um grande emblema dessa inserção até então inédita da Prefeitura do Recife na área de segurança pública: os Centros Comunitários da Paz (Compaz).

Os Compaz do Recife reúnem diversas políticas públicas, atualmente conduzidas por 12 secretarias e órgãos municipais, que, ao serem implantados em territórios violentos na cidade de Medellín (Colômbia), resultaram na transformação da cidade considerada a mais violenta na mais inovadora do mundo, por sucessivos anos.

Os centros oferecem serviços públicos intersetoriais em comunidades antes desprovidas da presença do poder público, em espaço físico de alto padrão, uma forma de demonstrar às populações atendidas a mudança de paradigma que a equipe e o seu programa abarcam. Atividades esportivas, culturais e educacionais agregam diferentes públicos, desde a primeira infância até a terceira idade, em local de proteção para todos, permeado por ações de cultura de paz.

Costuma-se afirmar que o Compaz não é feito de cimento e cal, mas sua matéria-prima é indubitavelmente a cultura de paz, aprendida da experiência colombiana, que inovou ao demarcar a nova estratégia para a urbanização das cidades. Das lições aprendidas por Murilo Cavalcanti, após mais de 45 visitas ao país vizinho, o urbanismo social é destaque.

CULTURA DA PAZ

Essa metodologia de intervenção urbana rompe com paradigmas anteriores e que resultaram na criação de cidades “antis-sociais”, ao definir como parâmetro para intervenções físicas em áreas violentadas pela ausência do poder público com standards novos. Primeiro, a participação popular é eixo estruturante de toda e qualquer ação física no território, e a essa obra física é agregado o componente social, fomentando a chegada de diversas políticas públicas que entregam cidadania na vida cotidiana dos moradores.

Com as formações em mediação de conflitos, justiça restaurativa e outros temas de direitos humanos, os centros propõem novas formas de socialização, pautadas não mais pelo uso da força ou por atitudes violentas, mas por meio do respeito à diversidade, permeados pela escuta, autocomposição das divergências, comunicação não violenta, entre outras estratégias.

Segundo a Unesco, a cultura de paz é um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida que rejeitam a violência e apostam no diálogo e na negociação para prevenir e solucionar conflitos, agindo sobre suas causas. Sua abordagem para a defesa da democracia e dos direitos é pedra angular de uma nova realidade que se pretendeu construir no pós-Segunda-Guerra.

Animados com os resultados obtidos nas ações da rede, um grupo de parceiros e trabalhadores/as com atuação nos Com-paz passou a se reunir em formato de rede — a Rede Municipal de Cultura de Paz. Com ações de integração, formação e comunicação com a população do Recife sobre todas as espécies do gênero “Cultura”, que visa promover a paz, o grupo amadureceu ainda em

CULTURA DE PAZ É UM CONJUNTO DE VALORES, ATITUDES, MODOS DE COMPORTAMENTO E DE VIDA QUE REJEITAM A VIOLÊNCIA E APOSTAM NO DIÁLOGO E NA NEGOCIAÇÃO PARA PREVENIR E SOLUCIONAR CONFLITOS, AGINDO SOBRE SUAS CAUSAS. SUA ABORDAGEM PARA A DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS É PEDRA ANGULAR DE UMA NOVA REALIDADE QUE SE PRETENDEU CONSTRUIR NO PÓS-SEGUNDA-GUERRA.

2019 sobre a importância de criar uma forma de institucionalidade na cidade, que desse guarida a tantas expressões e ações que convergem para os propósitos dos centros.

Desse momento em diante, a meta do grupo passou a versar sobre uma política pública verdadeiramente focada na promoção da cultura de paz, com todos os marcadores próprios das políticas públicas, o que enseja — no nosso entendimento — em forte componente de participação social.

Outras condições permearam essas definições: política pública concebida como um conjunto de subsistemas estáveis, que se articulam com os acontecimentos externos — no nosso caso, toda sorte de violência e violações aos direitos humanos. Em seguida, a cláusula democrática, envolvendo a participação de vários níveis de governo e sociedade. Ademais, a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados e para além das leis e das regras.

Em face desse conjunto de crenças, foi convocada, em dezembro daquele ano, a I Conferência Municipal de Cultura da Paz e Justiça Restaurativa (uma das espécies metodológicas da cultura de paz, com ampla aplicação na cidade). A partir daí, foram etapas de muito deba-



te e construção coletiva. Por dois dias, a conferência reuniu cerca de 180 representantes do governo municipal, da academia, da sociedade civil e das comunidades, subdivididos em grupos de trabalho e que resultaram na proposição de 123 ações distintas para as diversas áreas de atuação da política que se buscava construir.

Ao término da conferência, o grupo de trabalho passou a elaborar a minuta do projeto de lei que criaria a Política Municipal de Cultura de Paz e Justiça Res-

taurativa. A proposição foi submetida à consulta popular, por meio de sua disponibilização no portal da transparência da Prefeitura do Recife. Após novas contribuições das secretarias envolvidas, o PL foi enviado para a Câmara dos Vereadores, onde foi objeto de uma audiência pública. O processo legislativo do PL nº 09/21 transcorreu em tempo célere e foi objeto de 33 emendas dos vereadores — a maioria incorporadas ao projeto final, convertido na Lei Municipal nº 18.850/21.

Por ser uma lei que reflete uma prática amplamente disseminada na cidade, a lei se converteu em instrumento que agrega e reúne os esforços em prol do tema, correlacionando os elementos necessários para a atuação governamental e da sociedade civil e suas organizações. Ao todo, a Lei 18.850/21 propõe 76 ações (novas e reiteradas) para nove secretarias distintas.

Outro aspecto importante da nova legislação é sua governança, incumbência de comitê gestor composto por representantes governamentais e da sociedade, espaço de construção coletiva para a definição das prioridades e novas estratégias que resultarão na concretização da paz na vida dos recifenses.

Recorrentemente associada a atos de não violência ou a protestos com bombas brancas, a paz tem como premissa ações concretas, viabilizando a pacificação social e a edificação de novos modos de socialização. Ainda mais se for em formato de política pública, emblema da assunção do tema pelo Estado e demonstração inequívoca de que, sim, é possível.

UMA LEITURA BASILAR SOBRE POLÍTICAS

PÚBLICAS

Por ser bastante enunciada, política pública é um termo polissêmico. Por isso, vale a pena investir em sua definição antes de empreender outras reflexões. Considero política pública um conjunto de ações coordenadas e intencionais, de orientação persuasiva ou dissuasiva, realizado por ente público ou privado e cujo objetivo é resolver ou contribuir para a solução de um problema público.

Faço questão de enfatizar alguns pontos dessa definição para que seja compreendida. O primeiro é que entidades privadas também fazem políticas públicas, não é tarefa exclusiva de entidades públicas. Outro aspecto evidente é que as políticas públicas podem promover ou evitar determinada ação. Isso se manifesta, por exemplo, na construção e na entrega de casas populares à população socioeconomicamente vulnerável, por um lado, bem como na ampliação de taxaço de produtos maléficos à saúde para diminuir o seu consumo pela população, por outro lado. Por fim, lanço luzes à ligação de política pública a um problema público. Este é construído coletivamente e dotado de natureza política. Ou seja, um problema público enseja na população posicionamentos convergentes e divergentes e apresenta maior ou menor apelo em atores políticos relevantes a depender do contexto histórico.

Saindo de um campo mais reflexivo e adentrando em sua operacionalização, faço em sequência considerações basilares sobre o processo de construção de uma política pública.

O primeiro passo para se criar uma política pública é dar visibilidade a um problema público, ou seja, colocá-lo na agenda pública. O clamor social — a favor ou contrário — sobre determinado problema viabiliza o seu tratamento pelas entidades e autoridades competentes. No entanto, não se deixe iludir. É comum também que determinadas políticas públicas se viabilizem tão somente por ter “padrinhos” poderosos, como representantes políticos influentes e ricos empresários. Esses atores políticos, muitas vezes, manifestam sua influência de modo discreto, atuando diretamente com atores e setores-chave de entidades com capacidade de promover políticas públicas.

O segundo passo é o que chamamos de formulação. Trata-se de conceber e especificar a operação da política pública. É o momento de disputa entre argumentos técnicos e a cultura corporativa, isto é, entre o que é consagrado por evidências científicas e o que é usualmente realizado e, conseqüentemente, entranhado na cultura dos operadores de políticas. Às vezes, essas duas ques-

tões andam de mãos dadas, mas é comum que haja algum nível de conflito entre elas.

A implementação é o terceiro passo. A política pública sai do gabinete e ganha as ruas. Há grandes desafios como, por exemplo, a divulgação da política chegar ao público-alvo, a estimativa financeira mostra-se acertada, os burocratas de nível de rua abraçarem a causa, entre outros.

Até aqui, não há como fugir. Para que uma política pública tenha materialidade, é preciso agendamento, formulação e implementação. Mas é desejável também o seu monitoramento e a sua avaliação. Sem isso, não se consegue armazenar informações e analisar se a política pública alcança os seus objetivos. Porém, para que isso ocorra, há de se superar alguns obstáculos.

Em geral, os profissionais que tiram as políticas do papel não apresentam conhecimentos técnicos suficientes para monitorá-las e avaliá-las. Aliás, é até bom que não sejam eles que façam isso, a fim de se evitar a tentação de se corroborar o objetivo previamente concebido por meio de manipulação de resultados e ocultação de dados. O mais adequado é que um corpo externo de profissionais faça esse papel.

Mas, para que isso ocorra, o patrocinador da política pública precisa abraçar a causa. Na prática, isso significa viabilizar recursos financeiros para algo não ligado diretamente à entrega aos beneficiários e disposição em abrigar na gestão da política um grau a mais de complexidade. O mais importante, no entanto, é o aspecto valorativo. É comum que o patrocinador da política deseje tão somente a sua visibilidade, ou seja, que essa política seja conhecida pelo público e, obviamente, que seja associada à sua figura. Para quem tem essa pretensão, ir a fundo nos resultados da política não é um bom negócio...

“Considero política pública um conjunto de ações coordenadas e intencionais, de orientação persuasiva ou dissuasiva, realizado por ente público ou privado e cujo objetivo é resolver ou contribuir para a solução de um problema público.”

Por fim, destaco que políticas públicas só servem se afetam o *status quo*. Uma vez que estão atreladas a problemas públicos, a transformação é palavra de ordem. Contudo, um horizonte realista é aquele que vislumbra mudanças incrementais. A transformação estrutural requer um movimento político avassalador, grandes investimentos financeiros e entrelaçamento de políticas públicas, componentes pouco repetitivos na história.



Robert Bonifácio
Professor

Professor da Universidade Federal de Goiás, atualmente está cedido para o Governo do Estado de Goiás, onde exerce o cargo de Subsecretário de Formação de Talentos e Transformação Digital na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Realizou estágio pós-doutoral em Economia na FGV São Paulo e em Ciência Política na UFGM. É doutor e mestre em Ciência Política pela UFGM e pela Unicamp, respectivamente. É bacharel em Sociologia e Ciência Política pela Unicamp. Atua como conselheiro na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e na Fundação de Apoio à Pesquisa da UFG (FUNAPE) e como Diretor de Formação Política na Fundação Ulysses Guimarães de Goiás.

DO VOTO À AÇÃO

UM GUIA PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES

As políticas públicas são instrumentos essenciais para o desenvolvimento social, econômico e ambiental de um país. Elas definem as ações do Estado para enfrentar os desafios da sociedade e garantir o bem-estar da população. Como são criadas essas políticas? Quais são os passos a serem seguidos para garantir que elas sejam eficazes e atinjam seus objetivos?



Identificar o problema

O primeiro passo para criar uma política pública é identificar o problema que precisa ser solucionado.

Esse problema pode ser levantado pela própria população, por órgãos públicos ou por entidades da sociedade civil.



Definir objetivos

Após a identificação do problema, é necessário definir os objetivos que a política pública pretende alcançar. Os objetivos devem ser claros, específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporizáveis (SMART).

Analisar alternativas

Antes de definir as ações da política pública, é fundamental analisar as diferentes alternativas disponíveis. Devem ser levados em consideração os custos e os benefícios de cada alternativa e sua viabilidade técnica, política e social.



Formular ações

Com base na análise das alternativas, são definidas as ações que serão implementadas para alcançar os objetivos da política pública. Elas devem ser claras, objetivas e detalhadas, definindo responsabilidades, prazos e recursos necessários.



Implementar as políticas

É a fase em que as ações definidas na etapa anterior são colocadas em prática. Essa fase exige planejamento, organização, comunicação e monitoramento constantes.

Monitorar e avaliar

É primordial monitorar e avaliar a política pública para verificar se ela está alcançando os objetivos previstos. Nesta etapa, é possível identificar falhas, fazer ajustes e aperfeiçoar a política ao longo do tempo.



Garantir a participação popular



A participação popular é fundamental em todas as etapas do processo de criação e implementação de políticas públicas. A população deve ter acesso às informações sobre a política, poder opinar sobre as decisões e cobrar a sua efetividade.

Promover a transparência

A transparência é essencial para garantir a legitimidade e a efetividade das políticas públicas. O governo deve divulgar todas as informações sobre as políticas, incluindo objetivos, ações, custos e resultados.



Buscar a eficiência

As políticas públicas devem ser eficientes, ou seja, devem alcançar seus objetivos com o mínimo de recursos possível. Isso significa buscar soluções inovadoras, eliminar desperdícios e otimizar o uso dos recursos públicos.

Ter compromisso com o bem-estar social

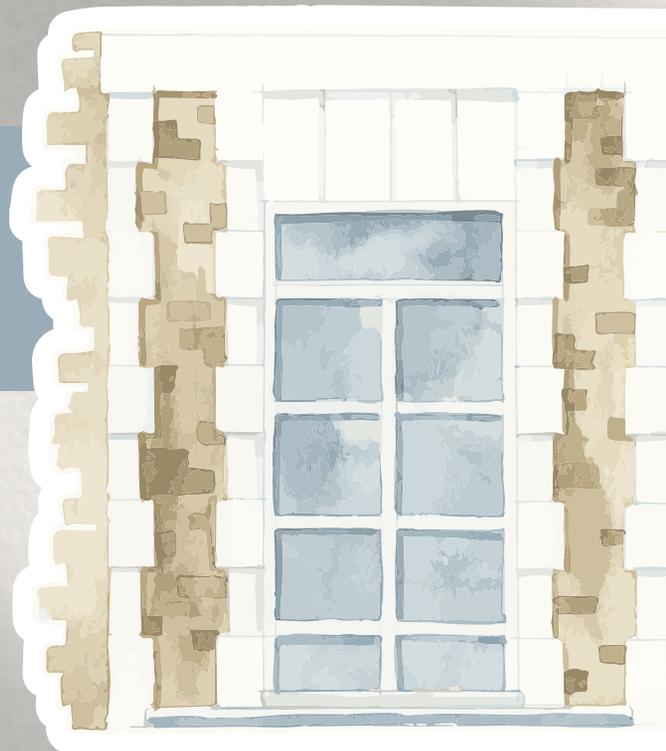
As políticas públicas devem ter como objetivo principal o bem-estar da população. Elas devem ser elaboradas e implementadas de forma a garantir a justiça social, a inclusão e a promoção dos direitos humanos.



INCLUSÃO PRODUTIVA:

uma janela de oportunidade para as cidades

■ GUSTAVO GRISA



GUSTAVO GRISA
Economista

Economista com Mestrado em Negócios Internacionais pela Thunderbird School of Global Management e formação executiva na Universidade de Cambridge. Foi analista de risco político para a América Latina nos EUA. Experiência de liderança em economia, estratégia e relações institucionais no Sistema CNI, Brasil Telecom e Vale. Consultor e líder de projetos em inovação pública e estratégia governamental e institucional, formulação de programas de governo e cenários políticos e econômicos.

A inclusão produtiva é possivelmente hoje o tema estrutural de maior impacto na população brasileira — está diretamente ligada a trabalho, oportunidade, renda e desenvolvimento pessoal e social. A prosperidade construída a partir do resultado do trabalho e da capacidade de cada um é, também, um direito, que tem sido inacessível a dezenas de milhões de brasileiros.

Duas situações determinam o nível de prioridade para o assunto: a primeira, de que 66 milhões de brasileiros, atualmente, não desempenham qualquer atividade produtiva remunerada formal, e não aparecem nas estatísticas de desemprego por não estarem procurando emprego. Entre esses, temos jovens abaixo de 29 anos que

não estudam nem trabalham; homens e mulheres acima de 40 anos que estão desalentados e não conseguem retornar ou ingressar ao mercado de trabalho formal; e beneficiários de programas sociais que mantêm uma relação de total dependência com estes.

A inclusão produtiva é uma temática urgente e prioritária por impactar as finanças públicas, os gastos sociais e a previdência, também dos municípios, ao trazer um contingente de pessoas empregadas ou empreendedoras bem abaixo do potencial do Brasil, com baixa ou nenhuma contribuição ao sistema previdenciário ou de impostos, além daqueles já embutidos em consumo; e, especialmente, o impacto geral sobre a produtividade geral e o

grau de desenvolvimento das nossas cidades e regiões, que acaba sendo refletido em economias com baixo grau de sofisticação, diversificação e em poucas oportunidades — economias municipais que acabam por muitas vezes depender de transferências federais e de recursos públicos municipais.

Outro ponto determinante é de que o Brasil é, entre as principais economias do mundo, o país que possui hoje a maior proporção de jovens que não estudam nem trabalham, ou seja, estão retroalimentando essa tendência. Pelo menos 20% dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos nos dias atuais não estudam nem trabalham. Em alguns estudos, essa proporção chega a 36% entre 18 e 24 anos (OCDE, 2022), sendo que, desses, 60% são mulheres e 68% negros.

As temáticas de emprego, trabalho, desenvolvimento e até parte da temática de educação podem e devem ser tratadas sob a visão conjunta de INCLUSÃO PRODUTIVA, de modo a melhor apresentar o tema do DESENVOLVIMENTO que chega às pessoas em forma de OPORTUNIDADE. É uma nova maneira de abordar o assunto e desenvolvê-lo nas propostas e plataformas das candidaturas.

A Fundação Ulysses Guimarães (FUG) estudou essa questão em profundidade em 2023, e formulou o documento Inclusão Produtiva: do Desafio à Ação, disponível nas redes sociais da FUG, pioneiro no ambiente brasileiro de formulação política, em que entra em detalhes de execução e articulação para evoluir com o tema nacionalmente.



Ecossistema brasileiro de inclusão produtiva formulado pela FUG (2023)

A reapresentação do **TEMA** de desenvolvimento, trabalho e emprego nas **ELEIÇÕES** **MUNICIPAIS**

A inclusão produtiva deve ser, portanto, um dos principais temas a serem tratados na formulação de plataformas, planos de governo e durante o debate eleitoral municipal nas eleições de 2024. E apresentar-se como uma nova forma de ancorar os temas de desenvolvimento, trabalho e emprego no debate pré-eleitoral e eleitoral.

Dessa maneira, busca-se fugir das principais armadilhas no tratamento de plataforma ou plano de governo desse assunto: a generalidade ou a abordagem excessivamente técnica.

Grande parte das estratégias e ações para promover a inclusão produtiva e mudar essa ótica é federal e estadual, mas várias ações podem ser executadas pelo município para ir além do lugar-comum “emprego e renda”, promovendo, efetivamente, inclusão produtiva.

O que o prefeito municipal pode fazer para promover a inclusão produtiva, ou seja, desenvolvimento que chega até as pessoas.

Além dos temas diretamente ligados à inclusão produtiva, outras políticas de estímulo à economia local geram oportunidades, pelo lado da demanda: o aumento das compras públicas municipais de produtores e fornecedores locais, e o estabelecimento de programas de encadeamento produtivo com grandes empresas estabelecidas na cidade ou na região, de modo a desenvolver fornecedores e prestadores de serviços certificados às empresas. Neste sentido, o apoio de entidades do “Sistema S”, universidades e organizações que conhecem o tema e desenvolvem trabalhos em parceria com municípios é fundamental.

TEMA CENTRAL	AÇÃO POSSÍVEL DO MUNICÍPIO
Qualidade na escolarização	Apoiar os Estados e Institutos Federais na implementação do Novo Ensino Médio e dos projetos de vida nas escolas de Ensino Médio no município, a partir de convênios.
	Monitorar a qualidade da educação no município sob critérios como o PISA e outros; desenvolver linguagem, raciocínio lógico e matemática no Ensino Fundamental.
	Intensificar práticas de apoio social e psicossocial, desde a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, antecipando o apoio a estudantes mais vulneráveis.
Educação empreendedora e para o trabalho	Certificar-se de que há acesso, em seu município ou em região próxima, ao Ensino Médio ou de tecnólogo; consorciamento com outros municípios para permitir maior acesso e transporte a alunos.
	Caso haja unidade de Ensino Técnico ou tecnólogo no município, buscar a direção da escola para propor iniciativas de ensino dual, a partir da inserção da realidade do ambiente empresarial/empresas da cidade junto à escola.
	Buscar com o “Sistema S” convênios para apoiar iniciativas de ampliação de impacto da educação no município ou de acesso de alunos do município a unidades próximas.
	Democratização da digitalização e de plataformas educacionais digitais a partir de escolas e unidades de empreendedorismo social.
	Projetos municipais de inclusão produtiva, mesmo em menor escala, semelhantes a Compaz e Usinas da Paz; ambiente lúdico e positivo para infância e juventude, com trilhas profissionalizantes.
	Em municípios rurais, desenvolver cursos específicos voltados à sucessão rural para jovens; promover maior aproximação entre o setor produtivo e as escolas rurais; fomentar o empreendedorismo rural jovem.
	Promover a inclusão de alta performance em municípios com nível mais alto de desenvolvimento e industrialização, com bolsas municipais complementares para o desenvolvimento de jovens de alto potencial, identificados em parques tecnológicos e escolas técnicas; promover intercâmbio internacional, em conjunto com universidades e incubadoras; criar cursos de extensão já para o Ensino Médio com temas como transição verde/sustentabilidade, Inteligência Artificial (IA) e outros.
	Estruturar serviço de promoção de prestação de serviços autônomos ao município, com avaliação e recomendação dos mesmos; e a empresas do município para promover serviços, inserção e formalização da população adulta madura, em parceria.
Empreendedorismo Social	Mudar, no município, a abordagem dos serviços sociais sobre a população participante de programas sociais compensatórios, tornando-os programas de desenvolvimento econômico inclusivo.
	Lançar um edital municipal para apoiar organizações sociais na execução de projetos de empreendedorismo social e desenvolvimento econômico inclusivo junto aos bairros mais vulneráveis, com prioridade para jovens, mulheres, negros.

OS NÚCLEOS DO MDB

NAS ELEIÇÕES E O AVANÇO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

■ ASSIS FILHO

Era dia 12 de abril de 1973, quando o diretório nacional do MDB, sob a liderança do presidente Ulysses Guimarães, reuniu-se em Brasília, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, para aprovar a criação dos primeiros órgãos de representação específica, dando origem a núcleos. Além dos departamentos Feminino, Estudantil (Juventude) e Trabalhista, foram criados os departamentos Luso-Brasileiro e de Estudos e Pesquisas. A decisão partidária chegou a ser noticiada pelo jornal *O Globo* e consta também em ata da reunião do diretório nacional, valiosamente conservada nos arquivos do MDB.

O apoio à participação de mulheres, jovens e trabalhadores no MDB é mais pioneira do que se imaginava. Já se somam 51 anos que o MDB tem um compromisso histórico com a inclusão política de movimentos identitários, e isso evidencia que, há mais de meio século, somos um partido que valoriza a participação social.

Em 2002, o presidente nacional do MDB, deputado Michel Temer, editou a Resolução 002/2002, disciplinando e assegurando a organização dos núcleos partidários: Jovens, Mulheres, Negros e Sindicalistas, ampliando sua participação na vida partidária.

Em 21 de junho de 2023, sob a liderança do presidente nacional do partido, deputado federal Baleia Rossi, a Executiva Nacional regulamentou o artigo 52 do estatuto partidário e aprovou a Resolução 001/2023, que atualizou a composição e a organização dos núcleos partidários. Atualmente, o MDB conta com seis núcleos. São eles: Juventude, Mulheres, Diversidade, Trabalhista, Afro, Socioambiental e Proteção Animal.

Em um partido com uma militância orgânica, como é o caso do Movimento Democrático Brasileiro, os núcleos servem como a primeira porta de entrada para os cidadãos interessados em se envolver na vida partidária e no processo político. Eles desempenham um papel fundamental na promoção da participação cívica e na inclusão de diferentes segmentos da sociedade no debate político, ajudando a promover uma democracia mais robusta e inclusiva.



São nesses espaços partidários que os membros da comunidade expressam as suas preocupações, ideias e aspirações políticas. Eles proporcionam oportunidades para os cidadãos se engajarem em atividades políticas, como debates, discussões de políticas, eventos de formação, conscientização e campanhas eleitorais.

Quando indivíduos reconhecem uma característica específica como parte central de sua identidade pessoal ou coletiva, eles podem se unir com outros que compartilham essa identidade para promover seus interesses e necessidades comuns. Isso também ocorre na militância partidária quando esses grupos se unem em torno das suas pautas e lutam por mudanças políticas, sociais ou culturais. Por exemplo, o MDB Mulher surge da consciência das desigualdades de gênero e da busca por igualdade de direitos para as mulheres; o MDB Afro reúne negros que enfrentam o racismo e se organizam

para combater a discriminação racial e promover a igualdade.

Os núcleos são justamente essa reunião de cidadãos filiados que reconhecem uma característica específica como parte central de sua identidade pessoal ou coletiva, e se unem com outros que compartilham essa identidade para promover seus interesses e necessidades comuns dentro do partido e na sociedade.

Uma agremiação partidária com a longevidade e a importância política do MDB, ininterruptamente, há mais de meio século, reconhece a diversidade de experiências e perspectivas dentro desses grupos e entende que institucionalizar a participação dos núcleos na estrutura partidária é fundamental para o reconhecimento das suas lutas e demandas, buscando transformá-las em políticas públicas.

Os grupos de base do MDB podem desempenhar um papel importante na transformação política do Brasil ao contribuir para a superação da dicotomia ideológica entre esquerda e direita. Ao representar uma variedade de identidades e perspectivas, esses grupos identitários podem ampliar o espectro político, introduzindo novas questões e preocupações que vão além das tradicionais divisões ideológicas. Isso pode enriquecer o debate político e promover uma abordagem mais inclusiva e abrangente para resolver os problemas do país.

Eles podem destacar a complexidade das identidades individuais e coletivas, mostrando que as questões identitárias não são necessariamente alinhadas com uma única ideologia política.

As últimas eleições nacionais têm revigorado a dicotomia esquerda *versus* direita. De modo particular, no Brasil, o populismo de direita está associado às pessoas com maior

poder financeiro e religioso, caracterizado pelo racismo e pela misoginia. As eleições presidenciais de 2018 e 2022 serviram como uma indicação clara do surgimento de disputas políticas centradas em gênero, raça e rendimento. Além disso, solidificou a noção de disparidades regionais nos padrões de votação e destacou o papel influente dos líderes evangélicos.

Por outro lado, a narrativa de “nós contra eles” tem sido constantemente invocada pelos partidos de esquerda, que atacam uma elite como adversária dos desfavorecidos, pregando vingança contra os militares e apoio às comunidades quilombolas, grupos indígenas, LGBTQIA+ e ativistas ambientais em oposição aos agricultores.

A tarefa de definir o centro político no Brasil tem sido dispensada por alguns autores da ciência política, pois para estes existem apenas duas posições políticas: esquerda e direita. No entanto, o centro político, den-

“Os grupos de base do MDB podem desempenhar um papel importante na transformação política do Brasil, ao contribuir para a superação da dicotomia ideológica entre esquerda e direita. Ao representar uma variedade de identidades e perspectivas, esses grupos identitários podem ampliar o espectro político, introduzindo novas questões e preocupações que vão além das tradicionais divisões ideológicas. Isso pode enriquecer o debate e promover uma abordagem mais inclusiva e abrangente para resolver os problemas do país.”

tro do conceito de existência à esquerda e à direita, é a posição daqueles que defendem que não deveria haver espaço para o extremismo ou a intransigência na sociedade, os seus principais valores são: a oposição ao radicalismo, sustentada na criação da tolerância, na defesa do equilíbrio e dos valores democráticos para a coexistência pacífica.

Nessa linha, ser uma pessoa de centro é ser um caso de fronteira entre ser uma pessoa de direita e ser uma pessoa de esquerda, como, por exemplo, uma pessoa pode ter crenças de esquerda (liberdade para o casamento homoafetivo e o aborto) e de direita (ampla liberdade econômica e rejeição das cotas), somadas a um conjunto de crenças indefinidas (Estado mínimo e liberdade radical de expressão). Neste contexto, pode-se sustentar que é incorreto classificar um cidadão como de direita, e incorreto classificá-lo como de esquerda quando ele transita na crença destes valores.

O professor Rodrigo Cid, em seu livro *Uma ideologia de centro*¹, afirma que a única maneira de fugir dessa polarização seria abandonar os pensamentos radicais de esquerda e de direita e unir forças em uma ideologia de centro.

Dessa forma, os núcleos do MDB têm o potencial de desempenhar um papel transformador na política brasileira ao desafiar as divisões ideológicas tradicionais, destacar questões sociais importantes e promover uma abordagem mais inclusiva e justa para resolver os desafios do país. Ao reconhecer e valorizar a diversidade de identidades e perspectivas, podemos avançar em direção a uma sociedade mais plural e democrática.



Assis Filho

Assis Filho é advogado, especialista em Direito Eleitoral e Administrativo, professor de Direito, mestrando em Administração Pública e coordenador nacional de Núcleos do MDB.

¹ Cid, Rodrigo Reis Lastra (Org.). *Uma ideologia de centro*. Porto Alegre: Editora FI, 2020

Do VOTO à AÇÃO



Como o vereador trabalha para o bem-estar da comunidade

O papel do vereador é crucial na estrutura democrática de uma cidade, representando os interesses e as necessidades dos cidadãos que o elegeram. Responsável por propor, discutir e votar projetos de lei no âmbito municipal, o vereador tem o poder de influenciar políticas públicas que afetam diretamente a vida dos habitantes locais, abordando questões que vão desde infraestrutura urbana até políticas sociais. Atua como fiscalizador das ações do Executivo municipal, garantindo a transparência e a eficiência na administração dos recursos públicos. Através do diálogo com a comunidade, o vereador deve buscar soluções para problemas enfrentados pelos eleitores, promovendo o desenvolvimento e o bem-estar da cidade.

1. A voz do povo na Câmara Municipal

Os vereadores são eleitos pelo voto popular para compor a Câmara Municipal, órgão legislativo responsável por elaborar e aprovar leis municipais. Eles representam os interesses da comunidade, atuando como porta-vozes das demandas e das necessidades da população.

2. Legislar para o bem-estar coletivo

Uma das principais funções do vereador é propor, discutir e votar projetos de lei que visem ao bem-estar da população. Essas leis podem tratar de diversos temas, como saúde, educação, transporte público, segurança e meio ambiente, entre outros.

3. Fiscalizar o Executivo

O vereador também tem a importante função de fiscalizar a atuação do prefeito e da administração municipal. Isso significa acompanhar de perto como os recursos públicos são utilizados e se as leis municipais são cumpridas.

4. Representar a comunidade

Os vereadores servem como ponte entre a comunidade e o poder público. Eles devem estar disponíveis para ouvir as demandas da população, buscar soluções para os problemas do município e intermediar o diálogo entre a comunidade e o governo.

5. Promover a participação popular

O vereador também tem o dever de promover a participação popular na vida pública do município. Isso significa incentivar a população a se informar sobre os assuntos públicos, participar de debates e audiências públicas e cobrar seus representantes.

6. Manter um canal de comunicação direto

O vereador deve manter um canal de comunicação direto com a população, por intermédio do seu gabinete, das redes sociais e outros meios. Isso facilita o contato entre o representante e os seus eleitores, permitindo que a população acompanhe o seu trabalho e apresente suas demandas.

7. Ter um mandato para servir

É importante lembrar que o cargo de vereador é um mandato público, ou seja, o vereador deve exercer suas funções com ética, responsabilidade e compromisso com o bem-estar da população.

8. Cumprir um papel essencial na democracia

Os vereadores desempenham um papel essencial na democracia local, garantindo que a voz da população seja ouvida e que as leis municipais estejam em consonância com as necessidades da comunidade.

Roteiro para a liberdade: os 40 anos do Movimento *Diretas Já*

■ EVELISE NEVES (LÉIA), JULIANA LOPES E LEONARDO ILHA

Como falar desapaixonadamente desse movimento que galvanizou o Brasil e fez com que todos os brasileiros tivessem, como diz a música interpretada por Milton Nascimento, um “coração de estudante”?

**“Mas renova-se a esperança,
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor e fruto”.**

Coração de Estudante
(Wagner Tiso/Milton Nascimento)

Era 1984. Quem viveu não esquece e tem o dever de testemunhar sobre o momento tão intenso da vida política brasileira. No governo de João Figueiredo, o Brasil vivia uma grave crise econômica e política e, havia mais de 20 anos, os brasileiros não elegiam diretamente o presidente da República.

Apesar de sucessivas derrotas da ditadura nas urnas e de algumas conquistas democráticas fundamentais, como a anistia de 1979, a extinção do Ato Institucional N° 5 (AI-5) e as eleições diretas para governadores de Estado, em 1982, vivíamos ainda em regime ditatorial.

Aos cidadãos comuns, era proibido votar para o mais importante dos cargos públicos: a Presidência da República. Essa escolha era feita por um colégio eleitoral, formado ao sabor dos humores dos militares e civis que governavam o país.





Ao povo brasileiro restava assistir àquele triste espetáculo.

A Campanha das Diretas, como ficou conhecida, foi a culminância de um longo processo de lutas da oposição pacífica à ditadura cívico-militar instaurada em 1964, liderada especialmente pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sim, o povo brasileiro estava, naqueles idos de 1984, tomado por um sentimento que animava a todos.

**“De quem essa ira santa
Essa saúde civil
Que tocando na ferida
Redescobre o Brasil?”**

Menestrel das Alagoas
(Fernando Brant / Milton Nascimento)

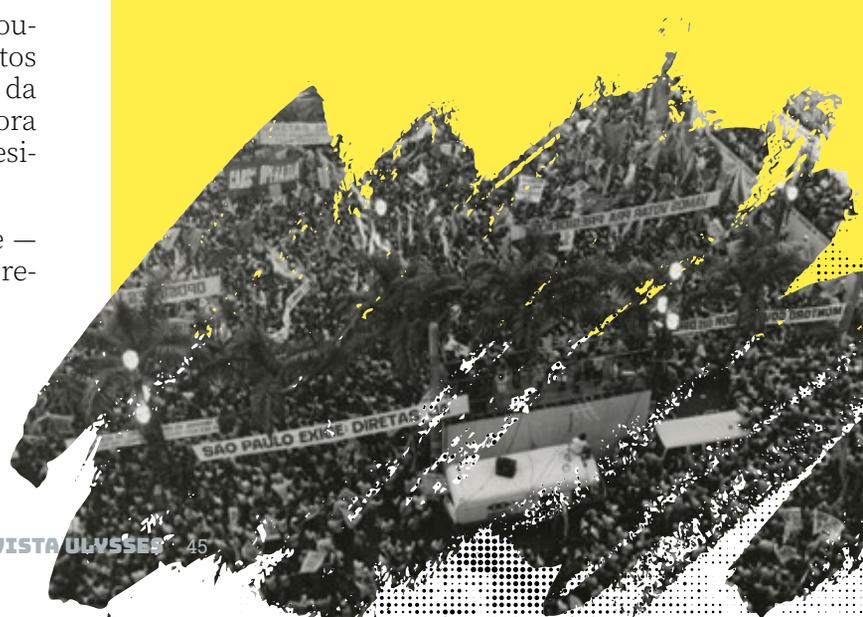
Vinte anos após a derrubada de João Goulart, conquistada a anistia em 1979, eleitos diretamente os governadores dos estados da federação, era hora, aliás, passava da hora de escolher, livre e soberanamente, o presidente da República.

Mas não foi fácil chegar a esse — quase — consenso nacional. Tampouco seria fácil reconquistar esse direito.

Eleições diretas no **DNA** do **MDB**

As eleições diretas em todos os níveis sempre foram uma bandeira do MDB. Mais do que isso, em um tempo no qual muitas correntes políticas optaram por tentativas de enfrentamento da ditadura, através de movimentos armados — especialmente correntes de cunho de esquerda —, o partido decidiu enfrentar o autoritarismo através da força e da legitimidade do poder popular do voto e da palavra, por piores e mais desiguais que fossem as condições para o exercício da cidadania.

Não por acaso, já nos documentos que podemos chamar de fundadores da linha de atuação partidária, “Primeiro Manifesto à Nação”, deliberações da “1ª Convenção Partidária” (1966), “Declaração de Porto Alegre” e “Carta do Recife”, ambas de 1971, esse ponto é enfatizado e claramente expresso.





O primeiro ponto das deliberações da “1ª Convenção Nacional” foi:

“Não participar das eleições indiretas no âmbito nacional, recomendando o mesmo comportamento político no plano regional e denunciar tais pleitos como desrespeito à vontade popular.”

(Delgado, 2006, p.45)

O “Primeiro Manifesto à Nação” avança na condenação e no chamado ao combate da usurpação da soberania popular:

“Mas a restauração democrática só pode começar de uma forma: pela abertura das urnas eleitorais ao povo que, através do sufrágio direto, secreto e livre, dirá sim ou não aos que o governam e aos que pretendam representá-lo.”

(Delgado, 2006, p. 47)

Eram momentos extremamente difíceis da vida nacional as décadas de 1960 e 1970; contavam-se aos milhares os exilados, os presos, os cassados e os perseguidos pelo regime ditatorial. A tortura era uma política de Estado utilizada para combater os chamados “subversivos”.

Aliado a esse panorama nada favorável à ação oposicionista, o país — impulsionado pelo crédito barato do mercado internacional — ingressava em uma era de grande crescimento econômico, apesar do arrocho salarial e da repressão sobre todo e qualquer movimento reivindicatório econômico ou político.

O resultado foi uma acachapante derrota do Partido nas eleições de 1970 — sequer o presidente partidário nacional, senador Oscar Passos, foi reeleito, e a bancada federal, por sua dimensão diminuta, não conseguia nem mesmo obstruir pautas no Congresso Nacional.

Em um encontro estadual em Porto Alegre (RS), que acabou por se tornar um encontro nacional, o MDB elaborou um documento doutrinário: a “Declaração de Porto Alegre”, publicada nos Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 4 de maio de 1971. Entre os mais destacados itens das reivindicações da oposição, estavam:

“Pela eleição direta do Presidente da República e Prefeitos das capitais e municípios declarados de interesse da Segurança Nacional ou estâncias hidrominerais”.

Novo encontro nacional, em julho de 1971, em Recife (PE), foi marcado por intensos e áspersos debates protagonizados por novos parlamentares e os mais tradicionais dirigentes partidários. Outro documento foi lançado: a “Carta do Recife”, que reafirmava a importância das eleições diretas em todos os níveis e levantava a bandeira da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Ainda, nas discussões preliminares da Carta, constava:

“O repúdio à eleição indireta do Presidente e nomeação de prefeitos e interventores, porque a legitimação do mandato emana do voto popular, não devendo o destino do país ser entregue aos interesses das oligarquias”.

Foi assim que, em 1973, em iniciativa quase quixotesca e com o partido debilitado pela derrota de 1970, Ulysses Guimarães lançou sua anticandidatura. O vice era Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Sabia-se derro-



tado de antemão, mas percorreu o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, pregando democracia, o fim da legislação de exceção, um basta às torturas e prisões arbitrárias, às cassações e a todos os desmandos correntes no país.

Como esperado, o colégio eleitoral elegeu Ernesto Geisel, para suceder Emílio Médici na Presidência da República, que assumiu prometendo “abertura política lenta e gradual”.

A semente havia sido plantada e, a partir da campanha da anticandidatura, o MDB deu um salto em organização em todo o Brasil. A linha partidária era clara desde sua fundação: não havia possibilidade de reconquista plena da democracia sem a realização de eleições livres e diretas em todos os níveis.

A eleição de governadores de oposição, em 1982, aguçou os problemas de representatividade e escancarou a impossibilidade de governar e executar as medidas exigidas pela população sem que houvesse diálogo e convergência de práticas políticas. Foram eleitos dez governadores oposicionistas em estados com 59% da população nacional, 75% da produção e 72% da arrecadação federal.

Contudo, faltava o mais alto cargo do país: a Presidência da República ainda era eleita de forma indireta e espúria, ainda menos representativa com a criação dos cargos de senadores “biônicos” pelo Pacote de Abril, em 1977.

Assim, pela reforma partidária, em 1979, pelo impedimento de coligações, pelos senadores “biônicos”, o governo Figueiredo passou a ter o controle do Congresso Nacional.

Eram imensas as dificuldades enfrentadas pelos governadores eleitos. O governo federal agia como se nada houvesse a fazer. Ou melhor, como se fosse possível manter as regras que lhe favoreciam.

Nas ruas, a população exigia mudanças profundas e imediatas. O milagre econômico era somente uma lembrança, o farto crédito internacional acabara, o petróleo tornara-se insumo caro e a insatisfação era palpável nas esquinas.

André Franco Montoro, governador do MDB eleito em São Paulo, enfrentou uma tentativa de *lock out* de empresas transportadoras às vésperas da sua posse, pressionado até mesmo com tentativa de invasão do

Palácio do governo por servidores em busca de reajuste salarial.

As ruas explodiram em reivindicações havia muito represadas. São Paulo, em especial, enfrentava manifestações quase diárias. Já não era mais possível manter práticas autoritárias e descoladas da realidade nacional.

Ao final de 1983, por iniciativa de Franco Montoro, foi realizada uma reunião dos governadores de oposição. Compareceram todos. Deu-se início à maior mobilização popular nacional que o Brasil já conheceu.

O MDB foi além de seus documentos fundadores, encampou como prioridade a reconquista das eleições diretas para presidente. A Constituinte, outra das bandeiras mais caras ao partido, dependia única e exclusivamente da vontade do general Figueiredo.

Era preciso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), e, para surpresa de algumas das mais proeminentes lideranças do Congresso, essa emenda já existia: foi apresentada por um jovem deputado do MDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira.

A partir da mobilização de todas as oposições, da existência da emenda, da decisão do MDB de iniciar a campanha pelas cidades médias, o que se viu foi uma imensa e inesquecível festa democrática.

Como gostava de dizer Tancredo Neves, o povo tomou as ruas de todas as cidades brasileiras “mansa e pacificamente.”

Houve os grandes comícios ao final da campanha, como os da Candelária, no Rio de Janeiro, e o da Praça da Sé, em São Paulo. Entre janeiro e março de 1984, o Serviço Nacional de Informações (SNI) monitorou cerca de 160 comícios e outros eventos em todo o país pelas Diretas.

De acordo com o senador e governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, já falecido, “vinham, vinham todos, as mulheres des-





gastadas pela procriação, os homens com a pele enruguecida pelo sol, vinham as crianças, os cachorros, vinham todos. Queriam ver-nos, os loucos saltimbancos num voo sem rede pela liberdade.”

Sobre o primeiro comício efetivamente realizado, é tocante o depoimento do então senador e prefeito de Porto Alegre (RS), José Fogaça, referindo-se a Volny Figueiró, que foi presidente municipal e vereador do MDB em Cachoeira do Sul, em reunião da Executiva Estadual do RS, em 1984:

“Volny, sentado em torno da mesa da bancada, em uma reunião da Executiva Estadual, presidida naquele ano de 1984 por Pedro Simon, no momento em que foi aventada a possibilidade de realizar o primeiro comício-teste no RS, quando todos ainda temiam pelas dificuldades que se teria para empreender uma grande campanha nacional, que ainda não havia começado nos outros estados, tomou a frente de todos e assumiu a responsabilidade: ‘Eu garanto um grande comício em Cachoeira do Sul’. O Dr. Ulysses Guimarães, assim que soube, estava ansioso pelo primeiro comício, topou vir ao RS”.

Se pudéssemos resumir o sentimento dos brasileiros naqueles momentos, bastariam duas palavras: alegria e esperança. Não havia outro assunto nas rodas políticas, era preciso eleger diretamente o mais alto mandatário do país.

As oposições uniram-se todas. O depoimento de Pedro Simon, coordenador-geral do Comitê Suprapartidário em nível nacional, é contundente: “Queríamos derrubar a ditadura e tínhamos pressa. Não havia espaço para disputa de vaidades para definir quem seria o pai da criança naquela altura do campeonato” (Diretório, 2016).

Artistas, intelectuais, industriais, lideranças religiosas, lideranças estudantis, antigos adversários políticos, todos estavam no mesmo palanque.

Depois disso, a Nação tornou-se um grande comitê político cujo único slogan era “Diretas Já!”.

Todos os depoimentos de contemporâneos da campanha são unânimes, eram enormes as expectativas dos brasileiros:

“Era um país de uma esperança muito grande nos olhos e de uma vontade de reconhecimento da sua história. E foi lindo, foi um dos grandes momentos da minha vida”, disse a cantora Fafá de Belém em entrevista à GloboNews.

“Foi uma frustração gigantesca, e mais uma vez uma insensibilidade do Congresso”, sobre a rejeição da Emenda Dante de Oliveira.

Fafá continua:

“Era impossível nós voltarmos para trás, por mais poder que eles tivessem, ou ódio do novo tempo de democracia, ela já estava de novo germinada no coração e na alma do brasileiro (...) Faz parte da luta democrática, a gente tem que falar mais porque a democracia, ela não pode correr risco em hipótese alguma”.

Para José Fogaça, os 40 anos da grande campanha das eleições diretas são algo que bate fundo no coração:

“Não há nada mais precioso, não há nada mais valioso para um povo que o direito ao voto. O voto é um instrumento, o instrumento mais efetivo da democracia, e o Brasil não votava, eu só fui votar aos 42 anos, casado, com filhos, homem maduro, perdi toda minha juventude numa luta insana, constante para que esse país tivesse o direito de escolher aqueles que o governam, aqueles que o presidem. Nesses 40 anos, há uma ponta de saudade daqueles tempos de luta, mas há também o orgulho e a satisfação deste grande passo que o Brasil deu em prol da sua modernidade e da sua democratização”.

Relembra Milton Cava, advogado do MDB:

“As Diretas Já, da qual participei ativamente, foi um marco que fixou a democracia, consolidou a democracia no Brasil, democracia essa que vezes por outras tentam solapar, mas que tem se mostrado firme e seguiremos lutando, como lutamos lá atrás, no tempo das Diretas Já”.

Dilan Camargo, escritor e assessor da bancada do MDB no RS à época, enfatiza a importância do movimento:

“40 anos de Diretas Já, pelas quais caminhamos pelas ruas de Porto Alegre e por todo o Rio Grande, representa para nós, históricos já, do MDB, a reconquista da nação brasileira, verdadeira república brasileira, direitos, liberdades e muita vontade de fazer esse país melhor. 40 anos de Diretas Já! é um aniversário de uma luta que o MDB é o pai, nós somos pais da democracia brasileira, todos nos orgulhamos de estar naquele momento por essa luta. E queremos continuar. A luta continua”.

Alceu Moreira, presidente da Fundação Ulysses Guimarães e deputado federal, declara:

“Participei ainda na minha juventude do movimento Diretas Já, lá estava o meu MDB, lá estava Ulysses Guimarães e tantas outras lideranças. Era um movimento magnífico, em todos os lugares que se ia, ia contagiando as pessoas, todo mundo queria uma Constituinte, eleições diretas, anistia, isso galvanizou o povo brasileiro e trouxe pra rua milhões e milhões e milhões de pessoas. Estava chegando o fim da ditadura militar, o povo, enfim, ia conquistar a sua liberdade sem derramar uma gota de sangue. O Brasil escreve histórias lindas como esta pela mobilização popular. Lembro ainda que nós vibrávamos em todos os cantos, andávamos quilômetros e quilômetros e quilômetros para ir nas mobilizações, construindo aquilo que era a derrubada definitiva do período de autoritarismo. Ali, raíava um outro dia para a democracia, verdadei-



ros pilares da democracia foram escritos. Dali saiu a Constituinte, dali saiu eleição direta e o país passou a viver um período democrático. É oportuno lembrar de tudo isso agora, porque essa construção gerou uma democracia que nesses dias não pode ter adjetivos. O MDB, meu partido, tem compromisso com a democracia, tem compromisso com o respeito às pessoas, respeito à opinião das pessoas. Nós queremos como nunca que essa democracia madura seja um facho de luz para poder continuar produzindo um Brasil com cada vez mais justiça social, cada vez mais respeito pela população e, principalmente, pelo direito de pensar diferente”.

É preciso reconhecer também que não se encerrava um grande comício sem que se ouvisse a voz daquele que ficou conhecido, entre tantos títulos honrados, como o Senhor Diretas, deputado Ulysses Guimarães.

Apesar de todo o sentimento popular, de toda a mobilização, da vontade de um país, a Emenda Dante de Oliveira foi derrotada por escassa margem no Congresso Nacional, em 26 de abril, após prolongada votação. Foram 298 votos favoráveis, 54 deles vindos da bancada governista. Por escassos 22 votos, o povo brasileiro foi derrotado.

“No dia da votação organizamos o maior comício em duração, 12 horas no total. Montamos o palco na esquina da Rua dos Andradas com a Borges de Medeiros, naquele episódio batizando o local como Esquina Democrática”, conta Cláudio Cava, então líder da juventude emedebista. “Instalamos um telefone sem fio no escritório do partido.” Às 22h, Fogaça falou: “Perdemos” (Diretório, 2016).

Foi um momento fugaz esse de abatimento; em seguida, retomaram-se as mobilizações para derrotar definitivamente a ditadura.

Bem, mas isso é uma outra história a ser contada.



Evelise Zimmer Neves (Leia)

Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É curadora de conteúdo do acervo digital da FUG desde 2021.



Juliana Lopes

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Arquivista no Acervo Digital da Fundação Ulysses Guimarães. Tem experiência em arquivos públicos e privados.



Leonardo Ilha Santos

Técnico em Publicidade e formado em Produção Multimídia.

Referências

- Delgado, Tarcísio. A história de um rebelde: 40 anos, 1966 – 2006. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.
- Diretório Estadual do PMDB-RS. Revista Cinquentenário PMDB. Vol. único. [2016].
- Freire refuta “Carta do Recife”. Correio Braziliense. Brasília, 06 de julho de 1971
- Fundação Ulysses Guimarães. PMDB 50 anos. Brasília: Positiva, 2016.
- Gaspari, Elio. A ditadura acabada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- Gutemberg, Luiz. Moisés: codinome Ulysses Guimarães: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Movimento das Diretas Já completa 40 anos. Conexão Globo News, 16 de abril de 2024.

Acervos pesquisados:

- Acervo Digital FUG
- Acervo Edgar Leuenroth
- Arquivo Nacional
- Arquivo Público do Estado de São Paulo
- Biblioteca Nacional
- Senado Federal

Tempo de radicalidade, tempo de equilíbrio, tempo de avançar



José Fogaça
Advogado

Presidente do Conselho Editorial e de Formação Política da Fundação Ulysses Guimarães. Foi senador, deputado federal e estadual, além de prefeito de Porto Alegre pelo MDB.

O ano de 1975 já vai distante, mas lembro de que, para mim, foi um ano marcante. Dois fatos importantes aconteceram e vieram a mudar minha vida para sempre. No mês de de abril, nascera o meu primeiro filho.

Lembro também que no final do ano, em uma conversa que já se fazia longa, em torno de uma mesa na sala de professores, já quase meia-noite, as salas de aula e os corredores já completamente vazios, sentado à minha frente, com uma convicção lapidar, o meu querido e saudoso colega, o talentoso professor de História César Mantelli expõe seu pensamento e encerra com uma peremptória declaração: “Em uma ditadura não há meio-termo”.

Mantelli sabia que, depois de mais de 11 anos, o governo militar poderia ainda vir a perdurar por décadas, se não fosse construída no país uma ampla vontade política de oposição: persistente, firme e de claros objetivos democráticos.

A máquina da repressão continuava implacável naquele ano. A Fo-



lha de S. Paulo havia registrado 585 atos de tortura em 1975. “Enfrentar o autoritarismo é preciso, sim, e com a mais intensa e pacífica radicalidade”, insistiu Mantelli.

Hoje, ainda, em pleno 2024, quase meio século depois, penso no significado daquela conversa. Foi naquele momento que tomei a segunda grande decisão daquele ano e uma das mais importantes da minha vida: filiar-me ao MDB, deixar a sala de aula e integrar-me de corpo e alma ao movimento pelo fim da ditadura.

Passaram-se alguns anos difíceis e perigosos. As palavras do professor César Mantelli, no entanto, nunca me saíram da cabeça: “uma intensa e pacífica radicalidade”. Foi o que procurei pôr em prática na minha militância, na tribuna e nas ruas, como deputado de oposição.

O Brasil avançou. Em 1980, os exilados retornam. O governo militar começa a entrar em sua reta final, mas toma precauções estratégicas, valendo-se do poder de mando ainda vigente: dividir a oposição,

diluir as forças democráticas e enfraquecer sua capacidade de ação e resposta. MDB e Arena são extintos pela reforma partidária de Golbery e Geisel.

Ulysses aponta a tríade essencial da democracia: Anistia, que já havia sido aprovada pelo Congresso, em 1979, após grande mobilização nacional por uma “anistia ampla, geral e irrestrita”; Eleições Diretas e Assembleia Nacional Constituinte.

Em 1985 encerra-se o regime militar, Tancredo elege-se no Colégio Eleitoral, Sarney assume a Presidência da República e convoca a Assembleia Nacional Constituinte.

A campanha de 1984 para as eleições diretas havia sido um gigantesco ensaio de mobilização nacional. Mas foi a campanha para a Constituinte que acabou se transformando em um grande divisor de águas na história do país. Inicia-se um novo bloco histórico. São os tempos da Nova República. Um novo Brasil e um futuro em aberto começam a ser delineados.

Os partidos políticos criados pela Reforma Partidária da ditadura constituem um novo e complexo espectro ideológico: PDT, PTB, PT, PFL, PDS. O papel do MDB, agora PMDB, começa a ser desenhado em outro contexto.

Brizola, que era um símbolo do exílio e da resistência, uma liderança icônica no Sul do país, insiste em que o MDB do Rio Grande do Sul feche suas portas e adira ao seu PDT. Pedro Simon, de outra parte, recusa essa opção e mantém-se pela continuidade do MDB, através do seu sucedâneo, o PMDB.

É justamente nessa quadra que se acende uma luz que ilumina o difícil mas necessário caminho que haveríamos de seguir.

O PMDB não se confundiria com o PDS ou com o PFL, remanescentes da Arena. Mas também não se integraria às forças mais à esquerda, que mantinham um discurso muito próximo do extremismo e muito semelhante aos tempos do governo militar. A radicalidade já não produziria os efeitos que produzira no passado. A estrada da redemocratização exigia que as forças políticas tivessem, acima de tudo, capacidade de diálogo e rumo definido.

Ulysses Guimarães apontava esse futuro. Tancredo havia influenciado quase toda uma geração de políticos em Minas Gerais e em boa parte do Brasil com sua escola política de conciliação e diálogo.

“Ficava muito claro que nós, do PMDB, que no período de repressão e ausência da democracia havíamos sustentado um discurso mais radicalizado (sem jamais abrir mão da não violência), agora precisávamos assegurar a estabilidade política, porque só assim o país encontraria o leito seguro rumo à democracia e ao desenvolvimento.”

Ficava muito claro que nós, do PMDB, que no período de repressão e ausência da democracia havíamos sustentado um discurso mais radicalizado (sem jamais abrir mão da não violência), agora precisávamos assegurar a

estabilidade política, porque só assim o país encontraria o leito seguro rumo à democracia e ao desenvolvimento.

Foi desse modo que teve início uma história partidária que permitiu a construção de uma matriz muito sólida para as instituições no Brasil, a Constituição de 1988, a qual veio propiciar, como consequência, a conquista das eleições diretas, dos direitos de cidadania e as garantias fundamentais. Essa história irá completar 60 anos em 2026.

Na ditadura, a radicalidade; na democracia, o ponto de equilíbrio — avançar sempre. É a história do MDB.

Por que ponto de EQUILÍBRIO

■ BALEIA ROSSI



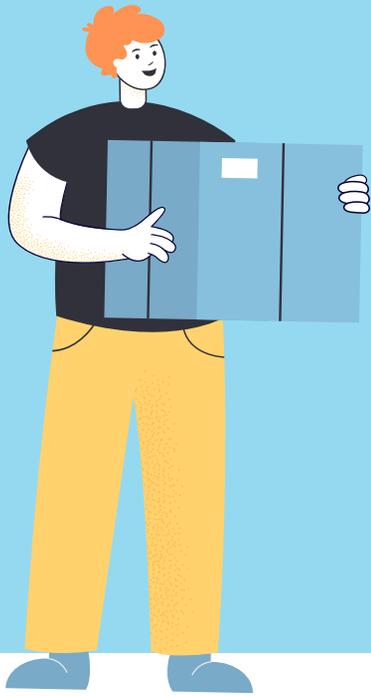
Baleia Rossi
Dep. Federal

Foi vereador, deputado estadual e exerce o seu terceiro mandato como deputado federal. Foi líder de bancada do MDB, de 2016 a 2020. É autor da PEC 45 da Reforma Tributária, a qual resultou na mudança constitucional que modernizou o sistema de impostos sobre consumo. Exerce o segundo mandato como presidente nacional do MDB.

A alma do MDB é municipalista, pois é nas cidades que as pessoas vivem, trabalham e cuidam de suas famílias. Aprendi isso muito cedo, logo na minha primeira campanha a vereador de Ribeirão Preto (SP), em que tive a honra de percorrer as ruas da cidade com o Doutor Ulysses Guimarães, meses antes de ele falecer naquele acidente trágico em Angra dos Reis (RJ), em outubro de 1992.

Ser municipalista é pensar e agir de acordo com a realidade que se impõe, dentro das capacidades que existem, com foco na entrega de resultados para as pessoas. Para tudo isso, não há outra saída se não pensar e agir com moderação e diálogo. É preciso ser amplamente democrático. Ter assertividade para liderar uma agenda de trabalho, mas sem jamais deixar de ouvir com humildade quem pensa diferente. É com esses princípios que busco presidir o Movimento Democrático Brasileiro.

Cheguei ao comando do MDB em 6 de outubro de 2019, um momento difícil do nosso partido. Na minha primeira viagem como presidente, fui a Goiânia participar de um evento do partido na Assembleia Legislativa. Na oportunidade, tive a sorte de ouvir um discurso do grande prefeito, deputado, governador, senador e presidente do MDB: Maguito Vilela. Ele nos presenteou com uma frase que resolvi adotar como lema da nossa gestão: “O MDB precisa voltar a ser o ponto de equilíbrio do país”.



Na volta para Brasília, pensei comigo: somos ponto de equilíbrio, pois isso resume o que o MDB sempre foi desde sua fundação em 1966, quando decidiu enfrentar a ditadura militar com os instrumentos possíveis naquele momento. O partido era minoria no Congresso, mas soube representar o desejo de retomada da democracia arregimentando, ano após ano, o apoio da sociedade até a grande explosão em defesa do direito ao voto para presidente na Campanha das Diretas, 40 anos atrás.

Curiosamente, o primeiro comício organizado pelo então PMDB em favor das Diretas aconteceu em Goiânia, em 15 de junho de 1983. Sempre nos lembramos dos grandes comícios realizados no Rio e em São Paulo, devido ao grande número de pessoas. Entretanto, aquele evento foi extremamente simbólico, pois inicialmente foi marcado para ser realizado em um auditório. Contudo, devido à surpreendente presença de milhares de pessoas, foi transferido para a Praça Universitária de Goiânia.

O grande Iris Rezende foi o anfitrião. À época, era governador de Goiás, mas já havia sido prefeito de Goiânia entre 1966 e 1969. Reconhecido como um grande administrador, Iris foi prefeito da capital em mais duas oportunidades. A última delas

entre 2017 e 2020, quando tinha 85 anos. Em 2020, Maguito foi eleito para sucedê-lo após uma campanha em que terminou internado com Covid-19. Infelizmente, faleceu logo após ser empossado. Maguito, hoje, nomeia o prêmio dado a nossos prefeitos.

Ter essa consciência, de que estamos a todo tempo fazendo história ao tentar mudar a vida do Brasil e dos brasileiros, é que nos move, é o que significa ser um movimento democrático. E para fazer história, é preciso ir além do discurso. É preciso ter propostas claras. Nos últimos anos, com esforço de muitas lideranças importantes, o MDB conseguiu apresentar propostas relevantes que — como aconteceu ao longo da nossa história — estão se transformando em grandes consensos nacionais.

É o caso da Reforma Tributária. Todo mundo sempre soube que era preciso realizá-la há muito tempo. No entanto, ela nunca avançou porque sempre se pensou em uma reforma que fosse boa para o grupo A ou B, e não para todos. Felizmente, eu tive a honra de apresentar a PEC 45/2019, ideia gestada por um grupo de economistas liderados por Bernard Appy. Durante cinco anos, percorri o país e participei de mais de uma centena de eventos falando sobre como simplificar nosso sistema tributário.





Não foi fácil. Porque, quando se pensa no grupo A ou B, não se olha para o Brasil. No começo de 2023, o atual governo federal resolveu defender nossa PEC, adotando-a como proposta principal sobre o tema. Ao mesmo tempo, os presidentes da Câmara e do Senado resolveram abraçá-la, convencendo os partidos de que nossa reforma era mais adequada para promover equidade entre os entes federativos, acabar com a guerra fiscal e, principalmente, gerar emprego e renda. No fim das contas, a proposta que nasceu a partir de um parlamentar do MDB virou a proposta do Brasil.

O mesmo aconteceu em relação ao projeto de igualdade de salários para homens e mulheres, proposta defendida por nossa candidata à Presidência da República em 2022, a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento do Brasil). Aqui, cabe parênteses importante. Simone também foi prefeita por dois mandatos. Sabe bem quais são os desafios de administrar uma cidade — muitas vezes com poucos recursos. Ainda assim, ela expressou algo maior como presidenciável. Mostrou que é possível ser relevante em meio à polarização. Terminou a corrida eleitoral em terceiro lugar e acabou sendo decisiva no segundo turno. Antes de declarar seu apoio, apresentou um leque de propostas importantes.



Entre elas, a igualdade de salários para homens e mulheres, projeto que também acabou abraçado pelo atual governo e que foi transformado em lei em julho de 2023. O mesmo ocorreu com a “Poupança Jovem”, proposta apresentada por Simone no ato de declaração de apoio no segundo turno e que tinha como base o programa Cartão 10. Criado no governo de Renan Filho, em 2021, o programa combate a evasão escolar ao financiar estudantes que concluem o ensino médio. No governo federal, o Cartão 10 ganhou o nome de Pé de Meia, que paga R\$ 200 por mês ao estudante e R\$ 1.000 ao final de cada ano concluído.

Outra proposta do MDB abraçada pelo atual governo federal foi a realização da trigésima Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, a COP30, na cidade de Belém. A ideia partiu do nosso governador do Pará, Helder Barbalho, que é o atual presidente do Consórcio de governadores de estados da Amazônia Legal. Com sua juventude e ousadia, Helder não hesitou em trazer a COP para o Brasil, recolocando o país no mapa de nações que mais se preocupam com as questões ambientais. Nessa discussão, Helder tem ido além. Ele propõe soluções que mantenham a floresta em pé e ao mesmo tempo resultem em desenvolvimento econômico e social para as famílias que habitam a Região Amazônica.



Isso é ponto de equilíbrio. Igualdade de salários entre homens e mulheres é ponto de equilíbrio. Combater a evasão escolar e financiar estudantes é ponto de equilíbrio. Reforma tributária com menos impostos e mais incentivo à produção é, também, ponto de equilíbrio. Na história recente, ainda podemos lembrar como ponto de equilíbrio a gestão do presidente Michel Temer (2016-2018) que, em um prazo de dois anos, colocou em prática um plano de recuperação da credibilidade econômica, conseguindo derrubar a inflação e o risco país. Fez isso também com muita coragem, enfrentando todo tipo de ataques de diferentes setores. Jamais guardou mágoas ou fomentou discórdias. Pelo contrário. Temer pregou e prega a pacificação.

Nossa história é marcada por posturas assim. Combatemos uma ditadura tendo apenas a palavra como arma. Aprovamos uma Constituição Cidadã dando voz ao povo. Inauguramos as políticas sociais, como o Sistema Único de Saúde, no governo José Sarney (1985-1990) sem gritaria, sem murro na mesa. Foi assim, e precisa ser assim. Temos tudo para continuarmos grandes em mais uma eleição municipal neste ano de 2024. Com espírito democrático e posicionamentos claros, tenho certeza: vamos ser bem-sucedidos! Está no nosso DNA ser o ponto de equilíbrio do Brasil e dos brasileiros.



Do VOTO à AÇÃO



COMO O PREFEITO TRANSFORMA A REALIDADE DO MUNICÍPIO

Em um país democrático, o prefeito tem um papel crucial na administração municipal, sendo responsável por zelar pelo bem-estar da população e pelo desenvolvimento do município. Para que o cidadão possa acompanhar de perto a atuação do prefeito e cobrar a efetividade das políticas públicas, apresentamos um resumo das principais funções desse cargo.

1. Líder do Executivo municipal

É o chefe do Executivo municipal, o que significa que ele é responsável por administrar a cidade e implementar as políticas públicas aprovadas pela Câmara Municipal. É eleito diretamente pelos cidadãos para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito uma vez.

2. Gestor dos recursos públicos

O prefeito administra os recursos públicos do município, incluindo os provenientes de impostos, taxas e transferências de verbas estaduais e federais. Cabe a ele decidir como serão utilizados, sempre com o objetivo de atender às necessidades da população e promover o desenvolvimento da cidade.

3. Executa políticas públicas

O prefeito é responsável por implementar as políticas públicas aprovadas pela Câmara Municipal, como as relacionadas à saúde, educação, transporte público, segurança, infraestrutura, entre outras áreas. Ele também tem a autonomia de propor novas políticas públicas ao Legislativo.

4. Administra os serviços públicos

O prefeito é responsável pela administração dos serviços públicos municipais, como coleta de lixo, limpeza das ruas, iluminação pública, manutenção de parques e praças, entre outros. Ele também supervisiona o trabalho dos servidores públicos municipais.

5. Representa o município

O prefeito representa o município em suas relações com outros órgãos públicos, entidades privadas e a comunidade em geral. Ele também participa de eventos e fóruns que discutem temas de interesse municipal, regional e nacional.

6. Promove o desenvolvimento local

O prefeito tem a função de promover o desenvolvimento econômico e social do município, criando condições para a geração de emprego e renda, atraindo investimentos e incentivando o turismo. Ele também deve trabalhar para reduzir as desigualdades sociais e garantir o acesso a serviços públicos de qualidade à população.

7. Responsável pela segurança pública

Embora a segurança pública seja de responsabilidade do Estado, o prefeito também tem um papel importante nessa área. Ele pode colaborar com as forças policiais estaduais, investir na Guarda Municipal e implementar políticas públicas de prevenção à violência.

8. Garantir a transparência

O prefeito deve garantir a transparência na gestão pública, divulgando informações sobre os atos da administração municipal, os orçamentos e a execução das políticas públicas. Ele também deve manter um diálogo aberto com a população, respondendo às dúvidas e sugestões dos cidadãos.

DESAFIOS & OPORTUNIDADES

para modernizar e inovar na administração pública

■ FABRÍCIO RENNER

Em um mundo em constante transformação, com avanços tecnológicos e mudanças sociais aceleradas, a inovação no serviço público surge como um imperativo para a modernização e a construção de um Estado mais eficiente, transparente e cidadão. No Brasil, essa necessidade se torna ainda mais premente, diante dos desafios históricos que o país enfrenta, como a desigualdade social, a baixa qualidade dos serviços públicos e a morosidade burocrática.

Implantar uma cultura de inovação no serviço público brasileiro não é tarefa fácil. Diversos desafios precisam ser superados. A resistência à mudança, por exemplo, está enraizada na cultura tradicional da administração pública, muitas vezes engessada em normas rígidas e hierarquias inflexíveis, podendo dificultar novas ideias e práticas.

Outro obstáculo comum é a falta de recursos financeiros e humanos, que limita a capacidade de investimento em inovação, dificultando a adoção de tecnologias e projetos inovadores. Essa situação acaba por gerar diversas outras barreiras, como a infraestrutura tecnológica, em muitos casos, defasada e precária, podendo dificultar a utilização de ferramentas digitais e soluções inovadoras.

Também há uma falta de cultura de colaboração, motivada pela fragmentação da administração pública, com silos de informação e departamentos que operam de forma independente, acarretando na dificuldade para o compartilhamento de conhecimentos e colaboração.

A legislação brasileira pode também criar obstáculos à implementação de novas soluções, com a rigidez dos processos de licitação e a dificuldade de contratação de profissionais qualificados.

Oportunidades

Apesar dos desafios, diversas oportunidades se apresentam para alavancar o setor. A crescente demanda da sociedade por serviços públicos de qualidade e eficientes impulsiona a busca por soluções inovadoras que possam atender a essas expectativas.

O surgimento da governança colaborativa e da governança aberta é um dos caminhos para a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas inovadoras e eficazes. A maior transparência da administração pública, por meio da Lei de Acesso à Informação e da digitalização dos serviços, cria um ambiente propício à inovação e à participação social.

O rápido desenvolvimento de tecnologias, como inteligência artificial, big data e blockchain, abre possibilidades para a modernização dos serviços públicos e a criação de soluções que atendam às demandas da sociedade. A Receita Federal do Brasil, por exemplo, utiliza inteligência artificial para identificar fraudes em declarações de Imposto de Renda, contribuindo para aumentar a arrecadação e combater a sonegação fiscal.

Outros exemplos já demonstram o potencial dessas ferramentas para a modernização da administração pública e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Diversos órgãos públicos já oferecem serviços digitais, como a emissão de documentos online e o agendamento de serviços públicos. Aplicativos para smartphones facilitam o acesso da população a serviços e permitem a oferta de novas funcionalida-

“Apesar dos desafios, diversas oportunidades se apresentam para alavancar o setor. A crescente demanda da sociedade por serviços públicos de qualidade e eficientes impulsiona a busca por soluções inovadoras que possam atender a essas expectativas.”

des, como a consulta de resultados de exames médicos e a solicitação de transporte público.

A criação de laboratórios de inovação já é comum em muitos órgãos públicos, cujos espaços estimulam a pesquisa e o desenvolvimento de novas soluções para a administração pública.

Outra forma de encontrar soluções se dá por meio da promoção de *hackathons* e de concursos de inovação, que incentivam a participação da sociedade civil.

A inovação é um processo fundamental para a modernização da administração pública brasileira e para a construção de um Estado mais eficiente e transparente. Apesar dos desafios, diversas oportunidades se apresentam para impulsionar essas ações. É essencial que o governo, a sociedade civil e o setor privado trabalhem em conjunto para superar os obstáculos e construir uma gestão mais inovadora e eficaz.

FABRÍCIO RENNER

Filiado ao MDB desde 2003. Presidente da Juventude do MDB de Santa Clara do Sul (RS). Coordenador Regional da JMDB. Coordenador-Geral de Campanha nas Eleições Municipais do MDB em Santa Clara do Sul em 2008, 2012, 2016 e 2020 — Chapa pura do MDB, eleita em todas elas. Presidente da Executiva Municipal do MDB de Santa Clara do Sul. Coordenador-Geral de Campanha do Deputado Estadual Edson Brum (MDB/RS) em 2018. Coordenador-Geral de Campanha do Deputado Estadual Luciano Silveira (MDB/RS) em 2022. Coordenador de Logística da Campanha do Deputado Federal Alceu Moreira (MDB/RS) em 2022. Atual Coordenador Regional do MDB na Região do Vale do Taquari. Secretário Executivo Adjunto — Fundação Ulysses Guimarães Nacional.





MANUAL DAS ELEIÇÕES 2024

MANUAL DAS
ELEIÇÕES
2024

MANUAL DAS
ELEIÇÕES
2024

UNIVERSIDADE
ULYSSES
DE GOUVEIA

UNIVERSIDADE
ULYSSES
DE GOUVEIA

MANUAL DAS ELEIÇÕES 2024. TUDO PARA QUEM QUER SE ELEGER. UM GUIA PRÁTICO PARA O PLEITO MUNICIPAL DE OUTUBRO.



Baixe aqui.





CONFIRMA



#PONTODEEQUILÍBRIO

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES 

fundacaoulysses.org.br

    FUGnacional